

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE CAMPINAS

GRÃO-CHANCELER

D. Gilberto Pereira Lopes

MAGNÍFICO REITOR

Prof. Eduardo José Pereira Coelho

VICE-REITOR PARA ASSUNTOS ACADÊMICOS

Prof. Paulo de Tarso Barbosa Duarte

VICE-REITOR PARA ASSUNTOS ADMINISTRATIVOS

Prof. Antonio José de Pinho

INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS

Prof. Ruy Rodrigues Machado

Endereço para Correspondência:

Revista Notícia Bibliográfica e Histórica
Caixa Postal 1539 — 13100 — Campinas, SP

NOTÍCIA BIBLIOGRÁFICA E HISTÓRICA

Responsável

ODILON NOGUEIRA DE MATOS

Pontifícia Universidade Católica de Campinas

ANO XX – Nº 131

ISSN-0101-4919

JULHO/SETEMBRO/1988

SUMÁRIO

Artigos

- Do sonho à realidade: a propósito do 33º aniversário da PUCCAMP . 183
Odilon Nogueira de Matos
- Hogarth, pintor shakespeariano 191
Fernando Whitaker da Cunha
- Oliveira Lima em evocação acadêmica 196
Maria Lúcia de Souza Rangel Ricci
- A primeira Constituição republicana e a reforma constitucional de
1926. 207
Alice Beatriz da Silva Gordo Lang
- “Viagem ao Espírito Santo e ao Rio Doce” 213
Levy Rocha
- A historiologia de Ortega y Gasset 215
Francisco Ovídio
- José Bonifácio e a Independência 223
Pedro Ferraz do Amaral

| | |
|---|-----|
| Registro Bibliográfico | 226 |
| Periódicos | 233 |
| Noticiário | |
| Júlio Mariano | 238 |
| Jorge Bertolaso Stella | 238 |
| Cultura Caipira | 239 |
| Seminário Presbiteriano | 239 |
| Luís Ellmerich e Alberto Prado Guimarães | 240 |
| “Tecendo a nova história de Minas” | 240 |
| Sociedade Brasileira de Pesquisa Histórica | 241 |
| Um pouco de Música | |
| Requiem para Manzoni | 243 |
| Odilon Nogueira de Matos | |
| Memória Campineira | |
| Imigrantes italianos em Campinas | 246 |
| Textos | |
| O voto direto | 249 |
| Joaquim Gonçalves Ledo | |
| A vitória de Constantino sobre Maxêncio | 250 |
| Lactância | |
| Vultos da Historiografia Brasileira: Oliveira Lima | 252 |
| Seleta | |
| O Rio de Janeiro em 1821 | 255 |
| Oliveira Lima | |
| Rabiscos de um escrevinhador | |
| Um Saint-Hilaire completo | 259 |
| O livro de Américo Brasiliense | 260 |
| Colportores | 261 |
| Homens de São Paulo | 262 |
| Odilon Nogueira de Matos | |

DO SONHO À REALIDADE
(A propósito do 33º aniversário da PUCCAMP)

Odilon Nogueira de Matos

Campinas foi uma das primeiras — talvez mesmo a primeira — cidade não capital, no Brasil, a pensar em ensino universitário. A tradição cultural da cidade justificava tal empreendimento, pois diversas entidades culturais, algumas vindas do século passado, e todas de projeção nacional e algumas até internacional, propiciava a existência de um ambiente favorável ao estabelecimentos de escolas superiores e até mesmo de uma universidade: o Ginásio do Estado (herdeiro do antigo “Culto à Ciência”, cujo nome, restabelecido, lhe foi dado de novo, em lembrança do primeiro estabelecimento, fundado em 1873), a Escola Normal, os seminários (católico e presbiteriano), o Instituto Agrônômico, e diversos outros estabelecimentos particulares, uns leigos outros religiosos, que atraíam estudantes de vários pontos do País e assinalaram de maneira marcante o panorama cultural de Campinas.

Isto, aliás, era sentido desde o começo do século, quando elementos do Ginásio do Estado e do Instituto Agrônômico congregaram-se para a fundação do **Centro de Ciências, Letras e Artes**, que larga repercussão alcançou em todo o País e mesmo no exterior, e cuja revista que durante mais de meio século circulou regularmente, inscreveu definitivamente o nome de Campinas na bibliografia cultural brasileira. Igualmente, embora em proporção menor, o **Centro de Cultura Intelectual**, que durante muitos marcou a vida campinense com importantes sessões de conferências, debates, estudos, sobre temas culturais bastante significativos.

Com estes antecedentes, que tornavam Campinas uma das cidades mais cultas do Brasil, superior mesmo a muitas capitais, não era de estranhar se pensasse também no ensino de nível superior, outrora representado apenas por uma escola de farmácia e odontologia e pelos seminários já mencionados. Agora, era a vez das Faculdades de Filosofia e foi para este setor que se congregaram os esforços do Bispo Diocesano, D. Francisco de Campos Barreto e do Monsenhor Emílio José Salim, este já com uma bela folha de serviços ao ensino, como diretor de um dos mais importantes colégios da cidade, o Ginásio Diocesano Santa Maria, transformado no atual Colégio Pio XII, integrante da Universidade como ginásio de aplicação.

Da idéia à realização, foi um passo. Aos 20 de maio de 1941, “solicitado por motivos de ordem profissional e cultural que reclamavam pressurosamente suas providências”, decidiu-se o saudoso antístete a constituir a **Sociedade Campineira de Educação e Instrução**, tendo por finalidade manter e administrar os estabelecimentos de ensino já existentes e de propriedade da Diocese (o Ginásio Santa Maria e a Academia de Comércio São Luís), e “fundar, administrar e dirigir a Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras, o Instituto de Educação, a Faculdade de Ciências Econômicas e mais as possíveis instituições culturais que venham a integrar uma futura Universidade Católica em Campinas”.

No mesmo ano de 1941 eram criadas as unidades previstas na resolução de D. Francisco de Campos Barreto, postas a funcionar logo no início do ano letivo de 1942, especialmente a Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras, núcleo da futura Universidade, ideal durante tanto tempo acalentado por D. Barreto, que, infelizmente, não chegou a vê-lo concretizado, pois falecera seis meses antes, aos 22 de agosto de 1941.

Nascido em Campinas a 28 de março de 1877, ordenou-se Francisco de Campos Barreto em 1900. Foi vigário na antiga Vila Americana (a atual cidade de Americana), passando, depois, para a Paróquia de Santa Cruz (a atual Basílica de Nossa Senhora do Carmo), donde saiu para o episcopado. Sagrado em 1911, coube-lhe instalar a diocese de Pelotas, no Rio Grande do Sul, onde permaneceu até 1920, quando foi removido para a diocese de Campinas, vaga com a morte de D. João Nery. Foi, assim, D. Francisco de Campos Barreto o segundo bispo da diocese campinense, dirigindo-a até o seu falecimento, em agosto de 1941. A D. Paulo de Tarso Campos, nomeado sucessor de D. Francisco e empossado a 1º de março de 1942, coube, pois, a instalação da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras, em sessão solene de 15 de março de 1942. A D. Paulo coube, efetivamente, não só levar avante a idéia de seu antecessor, como, ainda, nos muitos anos em que esteve à frente da diocese, revelou sempre profunda compreensão dos problemas de uma faculdade católica, especialmente tendo em vista que o desejo de todos era que ela se constituísse — como de fato veio a se constituir — no germe de uma Universidade.

Não foi sem propósito que a Igreja se interessou, a partir de 1934, pela criação de faculdades isoladas ou mesmo universidades. Tinha a Igreja, como é sabido, uma longa tradição de serviços à causa do ensino de humanidades, que vinha dos tempos coloniais. Inúmeras ordens ou congregações religiosas consagraram-se de corpo e alma à causa da instrução, fundando, mantendo e dirigindo colégios em todo o País, quase todos alcançando excelente renome. Mais ainda: em muitas regiões, foi a Igreja a única a preocupar-se com o ensino, suprimindo as falhas de uma atividade que, em princípio, deveria caber ao Estado. Era natural, portanto, que, com o tempo, a Igreja lançasse as vistas para o ensino de nível superior,

fora dos institutos de formação teológica, pois estes, obviamente, a Igreja sempre os teve. As Faculdades de Filosofia, tais como foram estruturadas e como vinham se desenvolvendo, pareceu à Igreja Católica um campo magnífico para suas atividades culturais, especialmente se se considerar o que ela poderia fazer na área das ciências humanas, dentro de uma conotação católica. Como era natural, cadeiras ou cursos de Cultura Religiosa e de História da Igreja foram incorporados aos currículos exigidos oficialmente, pois através deles, a Igreja fazia-se presente nas atividades didáticas. Assim, as primeiras **Faculdades Campineiras** (como de início se denominavam) representam um pioneirismo de que Campinas deveria sempre se orgulhar, pois com ele estava dado o ponto de partida para que nossa terra viesse a ser a primeira cidade de interior, no Brasil, a ser dotada de uma Universidade.

Dentre os múltiplos problemas decorrentes da instalação de um instituto universitário, o primeiro e naturalmente o de maior responsabilidade, é a constituição de um corpo docente especializado, especialmente se considerarmos que, no caso campineiro, muitas matérias seriam pela primeira vez lecionadas em nível superior. Se a própria capital paulista oito anos antes, e a própria capital da República apenas dois anos antes, lutaram com esse problema com relação às ruas Faculdades de Filosofia, que não dizer-se de uma cidade de interior, que, embora de tradição cultural acentuada, não poderia, é óbvio, ombrear-se, em matérias de recursos humanos, com as grandes capitais? Onde buscar professores para a nova Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras? Como evitar, sem ferir suscetibilidades, o caráter de improvisação que marcou o destino de numerosos institutos similares no Brasil?

Ao saudoso Monsenhor Emílio José Salim, encarregado da organização e direção da nova Faculdade, coube a enorme responsabilidade de escolher os que deveriam constituir seu corpo docente. As fontes de que poderia valer-se não eram muitas: a Universidade de São Paulo, a própria Igreja e o tradicional Ginásio do Estado de Campinas, onde sempre existiu núcleo assás valioso de professores de alto nível que honrariam a cátedra universitária de qualquer país.

A Universidade de São Paulo, embora nova, pois não tinha ainda completado seu primeiro decênio e estava apenas com meia dúzia de turmas diplomadas, possuía já número apreciável de licenciados interessados em prosseguir na carreira universitária e para os quais o exercício docente numa faculdade recém-criada constituiria excelente credencial para suas próprias carreiras. O mesmo acontecera com a Universidade paulista menos de dez anos antes: quantos jovens professores franceses, no início da carreira, alguns simples assistentes de universidades, dispuseram-se a vir para o Brasil trabalhar numa seara nova, incutir o entusiasmo de que os jovens necessitavam, e todos eles fizeram de sua permanência em São Paulo

verdadeiras bases para suas futuras carreiras na Europa. Muito criticou a imprensa da época o contrato desses professores franceses; alegava-se que eram jovens demais, muitos deles mais moços que os alunos aos quais deveriam lecionar. Pois foi esta geração nova de professores franceses — e não os mestres já consagrados, que alguns também vieram — que produziram os grandes frutos que assinalaram de maneira marcante a vida cultural de São Paulo. Sem falar que muitos deles permaneceram muito tempo no Brasil, tornando-se grandes especialistas em assuntos brasileiros e outros, ainda, escolheram temas brasileiros para seus trabalhos de grau na carreira universitária. Assim, o apelo à Universidade de São Paulo e a outros institutos de ensino superior da Capital, à Igreja e ao Ginásio do Estado, foi a solução encontrada para reunir o grupo de pioneiros que, em março de 1942, tornou possível a realização da primitiva Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Campinas.

Estava dada a partida para a carreira gloriosa de uma das maiores universidades do País. Ao núcleo original constituído pela Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras, com seu amplo leque de mais de dez cursos, foram acrescentadas, com o tempo, diversas outras unidades, como a Faculdade de Ciências Econômicas, a Escola de Biblioteconomia, o Conservatório de Canto Orfeônico, a Faculdade de Odontologia, a Faculdade de Enfermagem, a Faculdade de Direito... Esta carreira gloriosa consta, na realidade, de duas etapas: a primeira, até 1955, quando as antigas “Faculdades Campineiras” se transformaram em Universidade; a segunda, de então para cá, já sob a égide universitária. Já foi lembrado que, ao criar as primeiras faculdades, em 1941, D. Francisco de Campos Barreto pensava em termos de universidade quando determinou que a Sociedade Campineira de Educação e Instrução tivesse por objetivo fundar, manter e dirigir as faculdades então criadas e “mais as possíveis instituições culturais que venham a integrar uma futura Universidade Católica”.

Menos de quinze anos decorreu para que seu sonho se transformasse em realidade. Visitando Campinas em 1955, o Exmo. Núncio Apostólico, D. Armando Lombardi sentiu a pujança das Faculdades Campineiras, então agregadas à Universidade Católica de São Paulo. Conversando demoradamente com o então Bispo Diocesano, D. Paulo de Tarso Campos, e com o diretor das Faculdades, Monsenhor Emílio José Salim, aconselhou-os a que pensassem seriamente na constituição de uma Universidade. As faculdades já se contavam em número suficiente para as exigências oficiais que regulavam a matéria; suas perspectivas eram as melhores possíveis; tudo indicava pleno desenvolvimento, acompanhando, aliás, o desenvolvimento da própria cidade, que entrou, a partir da Segunda Guerra Mundial, num irreversível processo de crescimento, sensível não apenas no aumento da população, mas especialmente na ampliação da área urbana, com o surgimento de numerosos bairros novos, do mais diversificado nível,

levando para muito longe os limites da cidade de quinze anos antes. De cidade fechada, ensimesmada na sua origem aristocrática dos grandes fazendeiros, tronou-se Campinas, com o surto industrial, uma cidade aberta, cosmopolita, com sua morfologia totalmente alterada face aos novos contingentes de vários Estados do Brasil e de países do mundo que vieram aumentar consideravelmente sua população. Barreiras foram sendo demolidas e a velha aristocracia rural cedeu lugar a uma burguesia ascendente, cada vez mais cônica de seu papel e de suas responsabilidades e na qual, os nomes tipicamente campineiros ou paulistas de velha estirpe vão cedendo lugar aos sobrenomes estrangeiros da mais variada procedência.

Estes contingentes estrangeiros sempre foram bem aceitos pela população, embora esta guardasse, por algum tempo, certo sentido discriminatório, levando os estrangeiros a se organizarem em associações particulares (culturais, recreativas ou beneficentes) exclusivas, e, de seu lado, também discriminatórias. Com o tempo, porém, as linhas de separação foram se diluindo e praticamente desapareceram com os problemas surgidos após a Segunda Guerra Mundial. Hoje, nos postos-chaves da cidade, quer na economia, na sociedade ou cultura, torna-se cada vez mais difícil encontrar-se um nome tipicamente campineiro e, por outro lado, ninguém mais indaga da procedência ou origem de quem quer que seja, pois todos se integraram na vida da cidade. Todos, atualmente, são campineiros, de nascimento ou de adoção. Que ocasião mais propícia a que Campinas se tornasse a primeira cidade de interior do Brasil a ter uma Universidade? O eminente Nuncio Apostólico sentiu o problema e percebeu o que dele poderia derivar, quando sugeriu que as Faculdades Campineiras se transformassem em Universidade.

E se bem se pensou, melhor se fez. A 15 de junho de 1955 foi criada a **Universidade Católica de Campinas**. Constituíam-na as seguintes unidades: Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras, Faculdade de Ciências Econômicas, Faculdade de Odontologia e Faculdade de Direito, como "incorporadas"; e como "agregadas", as de Serviço Social e de Enfermagem. Note-se que, com a criação de nossa Universidade, as Faculdades de Filosofia e de Ciências Econômicas, que haviam sido agregadas à Universidade Católica de São Paulo, desvincularam-se dela e passaram a integrar a nova Universidade. Decreto presidencial nº 38.327, de 19 de dezembro daquele mesmo ano de 1955, reconheceu oficialmente a Universidade Católica de Campinas, concedendo-lhe a prerrogativa de "universidade livre e equiparada". Sua instalação solene ocorreu no dia 14 de março de 1956, no Teatro Municipal, solenidade a que compareceram o Dr. Clovis Salgado, então Ministro da Educação e mais três antigos titulares dessa pasta: os Drs. Ernesto de Souza Campos (aliás, campineiro de nascimento), Cândido Mota Filho e Pedro Calmon, além de diversas autoridades eclesiásticas, civis e militares, destacando-se, dentre as primeiras, a presença de D. Armando

Lombardi, o já mencionado Núncio Apostólico, inspirador da idéia da pronta criação da Universidade, e a de D. Carlos Carmelo de Vasconcelos Mota, então eminente Cardeal de São Paulo.

No mesmo ato de instalação da Universidade, o Núncio Apostólico comunicou publicamente a nomeação do vice-reitor Monsenhor Agnello Rossi para a diocese de Barra do Pirá, no Estado do Rio de Janeiro. Era a primeira figura de nossa Universidade a receber honras episcopais. Dois outros — os Cônegos Tomás Vaquero e Amaury Castanho — receberiam posteriormente idêntica distinção, ocupando atualmente as dioceses de São João da Boa Vista, em São Paulo, e Valença, no Estado do Rio de Janeiro. Quanto a D. Agnello Rossi, realizou belíssima carreira eclesiástica, fazendo jús à púrpura cardinalícia, depois de ter sido bispo de Barra do Pirá e de Ribeirão Preto. Nomeado, depois, para São Paulo, acabou levado ao Vaticano, onde ocupa um dos cargos de maior projeção na hierarquia da Igreja Católica.

Por decreto da Sagrada Congregação de Seminários e Universidades de Estudos da Santa Sé, de 7 de setembro de 1956, a Universidade campineira foi erigida canonicamente em “Universidade Católica”. Por decreto dessa mesma Congregação, foram nomeados a 2 de outubro de 1957 Grão-Chanceler da Universidade o Senhor Arcebispo Metropolitano de Campinas e a 8 do mesmo mês e ano, Reitor o Monsenhor Emílio José Salim. Em 1958 foi a Universidade admitida na Federação das Universidades Católicas, sediada em Roma. Em fins de 1972, por ato de Sua Santidade o Papa Paulo VI, a Universidade Católica de Campinas foi galardoada com o honroso título de **Pontifícia**, suma distinção que, antes, havia sido outorgada apenas a três outras universidades católicas do Brasil, a saber as do Rio de Janeiro, de São Paulo e de Porto Alegre, e que, mesmo agora, quinze anos depois, só foi atribuída a mais uma ou duas.

A crônica do que ocorreu nos trinta e três anos que nos separaram do importante evento de 1955 precisará, um dia, ser registrada e escrita, para que se não perca a sua memória. Dados estatísticos — se fosse esta a oportunidade de exibí-los — nos mostrariam ser hoje nossa Universidade uma das maiores do país. Abrigando oito institutos e onze faculdades, num total de trinta e cinco cursos de graduação e mais dez de pós-graduação, conta a Universidade, aproximadamente, com vinte e quatro mil alunos, mil e oitocentos professores e mil e quinhentos funcionários. A velha sede da rua Marechal Deodoro — o venerando solar dos Barões de Itapura —, que abrigou as antigas “Faculdades Campineiras” e a própria Universidade nos seus primeiros dezoito anos, tornou-se insuficiente e inadequada para o funcionamento de uma instituição que desejava crescer e a nossa mostrou desde logo que o desejava. Daí, a construção de um **campus**, num dos locais mais privilegiados de Campinas, onde diversos cursos foram instalados, embora ainda em condições precárias, no início do ano letivo

de 1973. Aos poucos, novas unidades vieram crescer o complexo universitário: Engenharia, Artes e Comunicações, Serviço Social, Arquitetura... E quando a Universidade lançou suas vistas para a área da medicina e da saúde em geral, o **campus** tornou-se insuficiente diante das exigências e necessidades reclamadas pelos novos cursos. Daí, a construção de um segundo **campus**. Conseqüentemente, tornou-se nossa Universidade a única do Brasil (tanto quanto estamos informados) a ter dois **campi** universitários.

Felizmente, nossa Universidade soube evitar o processo de massificação decorrente da reforma universitária de 1970, que permitiu que cidades que talvez nem comportassem grupo escolar quisessem ter universidades. E o pior é que muitas conseguiram... Para que nossa Universidade escapasse a isto, foi necessária a visão esclarecida e a ação decisiva dos Magníficos Reitores que após 1970 dirigiram os destinos da Instituição: Barreto Fonseca, Heitor Regina e agora José Eduardo Pereira Coelho, os quais, juntamente com os vice-reitores que os assessoraram ou ainda assessoram, podem ser responsabilizados por nossa Universidade não ter naufragado no mare-magnum da incerteza, da irresponsabilidade, da falta de consciência universitária e diríamos até da falta de bom senso que por tanto tempo caracterizou nosso País em matéria de ensino universitário. E a registrar também o apoio que sempre foi dado à Universidade campineira pela Igreja, através de seus grão-chanceleres, D. Paulo de Tarso Campos, D. Antônio Maria Alves de Siqueira e atualmente D. Gilberto Pereira Lopes, nosso esclarecido Arcebispo metropolitano. Infelizmente, os problemas não estão de todo superados. Todos os dias os jornais falam em crise nas universidades brasileiras. Ora numa, ora noutra. E a isto não tem escapado nem as universidades estatais, a começar por aquela que, pela sua origem e condições, deveria ser o modelo de todas elas. É doloroso, para quem espera alguma coisa da Universidade, saber que uma faculdade de tão gloriosa tradição, como a de Medicina de São Paulo, manifestou desejo de separar-se da Universidade de São Paulo por não mais acreditar nela...

O que ocorreu com nossa Universidade foi diferente. E para nós, é agradável esta constatação, pois somos dos mais antigos desta Casa. Aqui estamos há mais de trinta anos. Não vimos o nascimento da Universidade, mas quase. Testemunhamos os esforços do saudoso Monsenhor Salim para mantê-la dentro da dignidade que uma Instituição católica precisaria ter. E depois dos dele, os de todos os outros. Enquanto rabiscávamos estas linhas, vinha-nos à mente o desenvolvimento de nossa Universidade nestes trinta e três anos: sua ampliação, através dos dados que há pouco mencionamos; sua conscientização quanto ao valor e ao significado de uma universidade; seu entrosamento com a comunidade campineira, através de serviços da mais variada natureza; a instituição da carreira universitária com a pós-graduação, ainda não tão generalizada como gostaríamos, mas, em todo caso, já assinaladora de melhores perspectivas para a formação do

pessoal docente; o estímulo à pesquisa; a difusão cultural através de variadas manifestações no campo da ciência, das letras e das artes, e especialmente através das suas seis ou sete publicações periódicas — e orgulhamo-nos de ser o responsável pela mais antiga delas — tudo isto, enfim, que nos faz acreditar na semente lançada há trinta e três anos e que felizmente germinou por ter caído em bom terreno. E como se não bastasse, algo que nos parece realmente de alta significação e que o Magnífico Reitor vai permitir mencionemos para encerrar esta fala: sua eleição para a presidência do Conselho de Reitores das Universidades Brasileiras, inegavelmente a mais alta distinção que um Reitor poderia alcançar no País e a mais alta distinção, igualmente, para a Universidade cujo Reitor fosse assim distinguido. O discurso que Sua Magnificência proferiu no ato de sua posse — e que teve a gentileza de enviar a todos os professores da Casa — revela, acima de tudo, que nosso Reitor sabe deveras o que deva ser uma Universidade. Deo Gratias! E, aos poucos, veremos surgir o verdadeiro espírito universitário. Sim, aos poucos, porque este não se cria por decretos. Vem da tradição, e é esta tradição que nossa Casa está procurando criar e manter, para que, no futuro, todos possam, mais ainda que hoje, dela se orgulhar.

(Alocução proferida na sessão solene comemorativa do 33º aniversário da PUCCAMP, no dia 22 de agosto de 1988, no teatro do Centro de Convivência Cultural).

HOGARTH, PINTOR SHAKESPEAREANO

Fernando Whitaker da Cunha

William Hazlitt (1778-1830), que iniciou sua brilhante vida intelectual como pintor, tornando-se, posteriormente, notável ensaísta, crítico e historiador, pronunciando-se sobre a importante obra artística de William Hogarth (1697-1764), escreveu: "other pictures we see, Hogarth's we read".

Efetivamente, documento imprescindível para o conhecimento de sua época, acompanha-se o desdobramento da pintura de Hogarth, também excelente desenhista e gravador, como se fosse desenvolvimento da trama de uma sedutora novela de costumes, com forte acento popular em suas significativas cenas. Criador da caricatura moral, libertando, sob outro ângulo, a arte inglesa de influências alienígenas, objetivou representar com as seqüências as vicissitudes de um mesmo personagem, no qual, constantemente, se projetava, dando às suas produções um forte conteúdo autobiográfico.

Nascendo, vivendo, sofrendo, produzindo e morrendo em Londres, tendo passado parte da infância em Smithfield, zona que não fora atingida pelo grande incêndio de 1666, a mágica e tentacular metrópole está toda na obra de Hogarth, movido por um abrasado civismo, com seu espantoso cortejo de contradições sociais em que a miséria e a opulência, acima das condições de espaço e tempo, se entregam, freneticamente, a uma grotesca, trágica e irresponsável sarabanda que, no século seguinte, seria registrada por Marx, então, um simples morador de Dean Street, em pleno Soho, que não era, contudo, bairro operário.

A paisagem urbana e psicológica londrina está admiravelmente refletida nas composições hogartianas que passeiam da reprodução de Convent Garden, de execuções públicas, de instantâneos de prostíbulos, clubes e **coffee-houses** elegantes ao registro de ruas imundas, de patéticos manicômios, de botequins sórdidos, cheios de bêbados (não fosse a embriaguez como a pobreza — um de seus temas constantes) e de prisões repletas e mal dirigidas.

Muitos de seus personagens falam e as legendas são preocupantes mensagens para a posteridade. Entendem alguns especialistas que os satíricos retratos morais traçados pelo pintor levam a compará-lo com

Shakespeare, analista profundo e incomparável da grande comédia da existência (“a tale told by an idiot”).

As próprias circunstâncias explicam Hogarth. Seu pai fora chefe de tipografia e malgrado mestre-escola e escritor, que se tornou gerente de uma sofisticada **coffee-house**, onde “the master of the House in the absence of others is always ready to entertain gentlemen in the Latin tongue”, vindo a cumprir pena por dívida, com o fracasso do empreendimento.

Sua mãe vendia pomadas para combater gripes, perdendo, nesses anos difíceis, dois filhos, irmãos do artista.

Para subir na escala social, mas, principalmente, para atender a uma vocação insopitável, tecnicamente, como discípulo havia sido do gravador Elis Gamble, no **atelier** da atual Leicester Square, Hogarth ingressou na St. Martin’s Lane Academy, que mais tarde refundaria para o aprendizado de jovens estudantes.

Seu casamento com Jane Thornhill, filho do pintor de assuntos históricos Sir James Thornhill, que se tornaria seu orientador, foi surpreendentemente estável.

A paixão pelo teatro influenciou muitos de seus trabalhos, que demonstram “action on stage”, e, por outro lado, refletiram na literatura. Henri Fielding (1707-1754), que morreu em Lisboa, transformou em palavras a crítica social e plástica de Hogarth, amigo, que ilustrou seu drama “Tom Thumb” e suas traduções de Molière.

O notável romancista, autor de “Tom Jones”, alías, parecia-se com um dos tipos de Hogarth. Pretendendo advogar, entregou-se a uma dissoluta vida, esbanjando seus bens e, para viver, voltou-se para as atividades literárias, vindo a obter, certamente, pelo prestígio que granjeara, o cargo de Juiz de Paz, em Londres.

O paradoxo acompanhou sempre o representativo pintor. Em 1748, numa viagem à França, em difícil momento político, foi preso como espião, por estar desenhando as fortificações de Calais, e, revoltado, produziu ele “Calais Gate”, como um veemente protesto histórico.

Muralista e irreverente crítico social, um fundamento ético de reconstrução é facilmente perceptível na construção temática de Hogarth, portador, diga-se de passagem, de forte sentimento religioso como demonstra sua pintura “The Pool of Bethesda”, para o **St. Bartholomew’s Hospital**.

A série de “The Marriage Contract” é uma sarcástica e demolidora visão de uma alta sociedade manobrada por interesses subalternos, voltada aos bens materiais, à cupidez da propriedade, como era da filosofia da época, sem qualquer sentimento nobre. Inicia-se com um contrato de casamento firmado entre o aristocrático e arruinado pai do noivo (que,

displícitamente, enquanto o progenitor conclui o ajuste, toma uma pitada de rapé, mirando-se no espelho) e o apatacado burguês pai da noiva, a qual, por sua vez, não manifesta qualquer interesse pelo ato.

A série prossegue, mostrando a dissipada vida do casal e suas noitadas, descuidando-se do pagamento das contas, para tormento do contador. No bolso do marido uma peça de roupa de outra mulher e no olhar malicioso da esposa, que se espreguiça, langorosa, um indício de que havia mantido relações extraconjugais.

A situação evolui. Surpreendendo a mulher com o advogado **Silver Tongue** (!), num bordel, o marido duela com ele, que foge de camisola, após feri-lo mortalmente, enquanto a adúltera pede perdão de joelhos, ao moribundo consorte.

A condessa, no episódio final, suicida-se, ingerindo láudano, e, enquanto jaz morta na poltrona, beijada pela filhinha, erguida pela ama, o pai lhe retira apressado os anéis do dedo.

A teoria artística dos desenhos de Hogarth é a “serpentine line” que dá às suas figuras um novo dinamismo e vítima, igualmente ele, dos males do etilismo, expõe seus efeitos devastadores na população, em quadros terríveis, como “Beer Street” e “Gin Lane”, no qual um mundo caótico e anárquico parece desabar.

As pinturas de crianças, do autor da impressionante série “A Rake’s Progress”, sobre a degradação de um libertino, fazem-no um precursor de Freud, pois as enfoca sem sentimentalismo, exprimindo, em suas expressões às vezes sádicas, ausência de doçura e mesmo de inocência.

Merecem destacados, ainda, entre outros, os quadros “Virtue Unrewarded” e “David Hume”; o primeiro sobre **Clarissa Harlowe**, romance de Samuel Richardson (1689-1761), escritor muito lido no final do Século XVIII, admirado por Diderot e autor anteriormente de **Pamela**.

Richardson (ele próprio parecido com personagens de Hogarth), filho de um marceneiro, que passou, obscuramente, sete anos numa gráfica, vindo a desposar a filha do patrão, terminando por ter sua própria tipografia, objetivou representar, em **Clarissa**, a desventura das mulheres que se deixam iludir por sedutores, como Lovelace, personagem de ficção construído como um tipo.

O trabalho sobre Hume (1711-1776) mostra-nos cavalheiro volumoso, sentado absorto diante de um manuscrito, enquanto outros jazem no chão. O que vinculava Hogarth ao relevante filósofo e historiador escocês, que passou sua juventude na França (Reims) e foi preceptor, secretário de algumas personalidades, subsecretário de Estado e bibliotecário em Edinburgo, onde nasceu e morreu, foi, ao que parece, o ceticismo e o respeito à moral.

Com efeito, o conhecimento para o pensador era baseado em linhas empíricas, chegando ele (e não Hogarth) a descrever da religião, da Providência e dos milagres, fazendo, como historiador, rigorosa análise dos acontecimentos.

Seu rompimento com Rousseau deveu-se à instabilidade psicológica do amigo, ao "humeur ombrageuse" dele, sujeito a depressões.

A corrupção política, as soporíferas sessões do Parlamento, os poetas descuidados da vida material, os advogados presunçosos foram, outrossim, vergastados pelo pintor de olhos bem abertos para o mundo, como comprova seu conhecido auto-retrato.

A casa de campo (na área de Chiswick, hoje incorporada à cidade) para onde Hogarth transferiu-se, em 1749, passando lá, por conseguinte, seus últimos quinze anos, foi, na verdade, um refúgio tranqüilo de uma vida atribulada, longe do bulício da residência urbana de "Leicester Fields", fazendo-se acompanhar da esposa, da sogra e da irmã.

Na confortável vivenda (atualmente, significativo museu) que, após a morte do proprietário, da mulher e da irmã, incorporou-se ao patrimônio de uma prima da segunda, Mary Lewis, tendo sido aberta ao público, em 1902, e restaurada em razão dos bombardeios de 1940, sente-se, ainda, a presença do artista, pelos retratos de seus amigos (Fielding e Garrick, entre eles), por seus quadros, pelas ilustrações que fez do poema burlesco *Hudibras*, de Samuel Butler (1612-1680), autor que deve tê-lo influenciado.

Famoso por seu espírito fino, o poeta, que fora empregado de um juiz de paz, obteve, ao depois, a proteção de pessoas influentes que lhe permitiram dedicar-se à literatura, vindo, todavia, a falecer em extrema penúria, desamparado que fora por Carlos II. Em *Hudibras*, o fanatismo político e religioso dos contemporâneos foi exposto ao ridículo e, não obstante seu êxito, deve ter trazido ao poeta poderosas inimizades.

Outro interessante e curioso poeta satírico, esse contemporâneo de Hogarth, foi Charles Churchill (1731-1764), cura de uma paróquia, que levou uma dissoluta vida, morrendo, outrossim, na miséria e compondo com Butler, Fielding e Richardson, movimentada galeria trágico-cômica, afim com a temática do talentoso artista de que se cuida.

Eclesiástico foi, da mesma forma, o sutilmente irônico Lawrence Sterne (1713-1768), autor de "Tristan Shandy", que provocou escândalo, talentoso participante dessa brilhante época, e que tomara Rabelais por modelo. Desgastado pela desregrada vida que levava e que transparece em sua literatura, viajou para a França, vindo a escrever "Sentimental Journey", considerada, pela crítica, sua melhor produção.

Pintor da natureza humana, em seus sombrios e grotescos arcanos, fazendo de sua obra, constantemente, um roman fleuve de me-

ticulosa sondagem psicológica e de penetrante análise social, William Hogarth, há dois séculos desaparecido, é absolutamente atual, por seus inegáveis motivos de permanência expressos numa elaboração artística de inquietante conteúdo humano.

OLIVEIRA LIMA EM EVOCAÇÃO ACADÊMICA

Maria Lúcia de Souza Rangel Ricci

N.da R. — Em seu discurso de posse na Academia Paulista de História (Cadeira nº 10), a Acadêmica Maria Lúcia de Souza Rangel Ricci cuidou, como de praxe, de seu patrono (Oliveira Lima) e de seu antecessor (Arrison de Souza Ferraz). A parte de seu discurso referente a Arrison de Souza Ferraz foi aproveitada para a seção “Vultos da Historiografia Brasileira” do nº 127 desta publicação. É-nos grato divulgar, agora, também em primeira mão, a parte relativa ao patrono da Cadeira nº 10, o historiador pernambucano Manuel de Oliveira Lima.

Senhores acadêmicos. Nossa emoção é indescritível. Jamais sonhamos algum dia fazer parte desta Academia e, menos ainda, que nosso patrono viesse a ser Oliveira Lima, o eminente historiador-diplomata, por várias vezes tão injustiçado apesar da vasta folha de serviços à causa do Brasil, nos domínios da cultura e da diplomacia.

Nada nos parece, por outro lado, mais sério e dificultoso do que falar deste eminente patriota — “uma glória nacional” — como tão bem o disse Campos Sales. Com muita despreensão, pois, é que tentaremos dar, num “voil d’oiseau”, algumas pinceladas sobre sua ação, pensamento e atuação política, certos de estar muito aquém neste painel, de fidedignamente podermos demonstrar sua real contribuição para nossa pátria, nossa historiografia, nossa galeria de homens ilustres e imortais.

Algo em comum pelo menos possuímos com ele: o amor pelo Brasil, o gosto pelas coisas do Nordeste e a letra quase indecifrável de ambos... Porém, creiam-me, prezados Acadêmicos, tudo faremos para honrar o lugar que ora passamos a ocupar, bem assim o nome de nosso patrono e de nosso antecessor, Arrison de Souza Ferraz.

Nascido Oliveira Lima no Recife, aos vinte e cinco dias do mês de dezembro de 1867, traria, do berço, o arrojo do “Leão do Norte”, as vicissitudes dos choques nascidos das rivalidades existentes entre Olinda, dos senhores de engenho e do Recife, dos mercadores, dos movimentos revolucionários de caráter libertário, dos idealistas, mais literários que políticos, o grande amor, enfim, pelo Brasil que lhe nortearia a vocação de historiador, onde a fidelidade às tradições não deixou, todavia, de fazer

com que sentisse e vivenciasse as aspirações populares o que lhe permitiu com grandeza, apercepcionar-se das mutações havidas nos métodos da ciência histórica.

Sua vocação como historiador despontaria muito cedo, quando ainda o jovem Oliveira Lima, com apenas quinze anos de idade, lançou, em Lisboa, uma publicação destinada à divulgação de notícias e fatos do Brasil, em uma revista, sediada em sua própria casa e patrocinada por seu pai — homem interessado em coisas literárias — e que muito se orgulhava da iniciativa do filho. Teve duas fases o **Correio do Brasil**: a primeira, em 1882 e 1883, totalmente redigida por ele, e, a segunda, em 1885, quando então circularam mais sete números, com a colaboração de um amigo radicado em Portugal — Manoel Vilas Boas.

O gosto, a compreensão e o espírito crítico voltado às pesquisas diretas em Arquivos, despontou, de igual modo, muito cedo em Oliveira Lima, que preferia o trabalho intelectual a freqüentar a futilidade dos círculos sociais ou da boemia.

Já aos dezenove anos era ele escritor sólido, correspondente versátil, intelectual atuante, republicano convicto, homem preocupado com as questões sociais de seu tempo e com a defesa da independência cultural do Brasil.

O republicanismo de Oliveira Lima certamente se consolidou em decorrência de viver em um país — Portugal — onde tal princípio não era posto em prática, e, isto, o ajudou a voltar-se cada vez mais na consolidação de seus princípios, na esperança que em sua pátria não haveria uma sucessão ao trono quando do desaparecimento do Imperador Pedro II. O que realmente o chocou — idealista e liberal como era — fora a implantação do arbítrio que a monarquia não praticara e o “enxotar” do Brasil de dois velhos monarcas, alquebrados e doentes, numa clara demonstração de violência e, de outras mais, que certamente adviriam.

Retornando ao Rio de Janeiro após o falecimento de seu pai (1890), abria seu próprio caminho segundo suas aspirações, ou seja, para o serviço diplomático, sendo logo designado como Secretário da Legação Brasileira junto ao Governo de Portugal.

Deixaria o Tejo no verão de 1892 com destino à Alemanha, onde encontrou trabalho agradável e interessante, mormente para quem se dispunha a acompanhar a política internacional das grandes potências europeias de então. Na Alemanha, teve ensejo de publicar, em 1894, seu primeiro livro, precisamente sobre seu Estado natal: **Pernambuco: seu desenvolvimento histórico**, editado pela famosa Brockhaus, de Leipzig. Nesta obra, primeiro título de uma enorme bibliografia que ascende a quase quarenta volumes, analisou o passado pernambucano através de critérios científicos e muita seriedade, características, aliás, presentes em toda a sua

vasta produção. Ainda na Alemanha, e pela mesma casa editora de Leipzig, publicaria Oliveira Lima, em 1896, seu segundo livro, **Aspectos da literatura colonial brasileira**, cuja recente reedição, quase noventa anos depois, veio revelar um livro ainda atual e profundamente significativo pela compreensão com que soube tratar o tema. A idéia do autor, segundo ele próprio o declarou, era fazer desse livro como que uma introdução à história do romantismo no Brasil, o que se não efetivou, pois Oliveira Lima preferiu — em parte pelas exigências da carreira diplomática e em parte pelo grande interesse que passou a dedicar à história política e diplomática — tornar-se o grande historiador da formação histórica da nacionalidade brasileira.

Por algum tempo, dividiu Oliveira Lima seu tempo entre Lisboa, Pernambuco e Rio de Janeiro, cumprindo seus programas literários, até ser designado, em fins de 1896, para o cargo de Primeiro Secretário da Legação de Washington, onde desfrutou de excelente ambiente para sua carreira, mas onde pouco se demorou devido a desentendimentos, que infelizmente surgiram, com Assis Brasil, então nosso Ministro na capital norte-americana. Embora muito curta esta sua primeira permanência nos EEUU, propiciou-lhe, contudo, escrever excelente livro de impressões políticas e sociais sobre aquele país, que publicou em 1899, pela mesma casa editora alemã que publicara seus dois primeiros livros. Mal poderia supor o então jovem diplomata que, vinte anos mais tarde, retornaria aos EEUU, em privilegiada situação diplomática e cultural, desta vez vinculando-se definitivamente à terra norte-americana, ali vivendo seus últimos anos de vida.

Os desentendimentos ocorridos quando da estada de Oliveira Lima em Washington, a que já nos referimos, provocaram, em certos setores, uma impressão falsa em torno de seu temperamento, e, o apoio dado pelo velho amigo Joaquim Nabuco lhe fora muito salutar na ocasião, sobretudo no sentido de revelar quem realmente era aquele homem. Nesta altura, ninguém poderia supor que a onda de inveja viria, anos mais tarde, interceptar essa leal amizade, o que muito fez sofrer o nosso historiador-diplomata.

Uma rápida permanência em Londres propiciou-lhe prosseguir seus estudos de história diplomática, acrescentando mais três títulos valiosos à sua bibliografia: a **Memória sobre o descobrimento do Brasil e as primeiras negociações a que deu origem**, a monografia sobre **O Reconhecimento do Império** e a **Relação dos manuscritos portugueses e estrangeiros de interesse para o Brasil existentes no Museu Britânico**.

Ao lado da carreira diplomática, e sem prejuízo dela, revelava-se também o escritor e o homem participante de numerosas atividades culturais no Brasil, embora vivendo fora dele. Assim, foi escolhido um dos fundadores da Academia Brasileira de Letras, em 1897 (e o patrono que

escolheu não poderia ter sido senão Francisco Adolfo Varnhagen, o Visconde de Porto Seguro), colaborou intensamente com José Veríssimo em sua "Revista Brasileira" e viu sua monografia sobre o descobrimento do Brasil premiada, juntamente com a de Capistrano de Abreu, pela Associação do Quarto Centenário do Descobrimento do Brasil, no Rio de Janeiro, e incluída, tal como a do historiador cearense, no grande **Livro do Centenário**, publicado em 1900. Sem exagero, podemos afirmar que o trabalho de Oliveira Lima é das melhores coisas existentes nessa importante obra coletiva, hoje bastante rara.

Mas, a carreira diplomática o impelia à novas terras e ei-lo designado para o Japão. Chegando a esse país, então pouco conhecido do Ocidente, relataria Oliveira Lima ao Ministério das Relações Exteriores a extrema precariedade em que se encontrava a Legação que acabara de reabrir em Tóquio.

O trabalho por ele lá iniciado foi, à princípio, essencialmente o de manter contactos com órgãos do governo e personalidades de evidência na vida japonesa, bem assim, a elaboração de relatórios para o Rio de Janeiro informando sobre a situação interna do Império e as possibilidades, ao seu ver, maduras, para o estabelecimento de uma política comercial entre o Brasil e o Japão. Convém frisarmos que a presença de Oliveira Lima em Tóquio coincidiu com as gestões em favor de um maior fluxo de imigrantes japoneses para o Brasil. Seu pronunciamento sobre tal questão, repetia, de certo modo, as classificações das raças apresentadas na época pelos tratados especializados, não vendo, com bons olhos, o aproveitamento dessa mão-de-obra em seu país, principalmente pela "diversidade de educação, costume e objetivo social que separa a raça ariana da mongólica" (...)

A rotina de uma Legação remota não era o que plenamente satisfazia o temperamento executivo de Oliveira Lima, o que lhe permitiu, todavia, aumentar mais ainda sua produção intelectual, dedicando-se a elaborar um livro de impressões sobre o Japão.

Em fins de 1902 foi cogitada u'a movimentação diplomática e Oliveira Lima não pensava em "descartar" uma possível designação para a América do Sul desde que o posto se revestisse de importância política, como lhe parecia o Chile, além de não esconder a alegria que sentiria se viesse a ser Ministro do Brasil em Washington, embora posto de grande responsabilidade e trabalho.

Entretanto, recebeu ordens para assumir de imediato a Legação no Peru, cessando, desta foram, sua brilhante missão oficial junto ao Governo Japonês, e, a partir de então, aumentando o mal estar havido entre ele e o Barão do Rio Branco, que, todavia, conservava, nas aparências, o trato social.

Era deveras constrangedora a situação de Oliveira Lima Ministro no Peru, e sem receber ordens de embarque.

Nesse meio tempo, a bibliografia de Oliveira Lima ganharia mais um título com o lançamento de o **Secretário d'El Rei**, peça histórica nacional em três atos, transcorridos na época de 1738, onde mostrava a importância crescente do Brasil em face de Portugal, ao lado das relações entre um ministro hábil e um rei obstinado e altamente cioso de sua autoridade.

Quando das negociações havidas entre Rio Branco e os peruanos, acreditou Oliveira Lima que seu caso estaria solucionado e o Ministério teria que o designar para um novo posto, o que por sinal, o próprio Barão já aventara.

Sua designação saiu para a Venezuela. De pronto, Oliveira Lima aquiesceu, até porque estava ansioso para iniciar o estudo da questão de limites e abrir as negociações com o governo venezuelano, sua primeira missão diplomática de peso.

Em Caracas, como noutros postos, a sua correspondência para o Itamaraty continuou a manter um fluxo notável, constituindo-se mais do que nunca nesta Legação, em fonte importante de informações sobre a política interna da Venezuela e suas relações externas.

Agravando-se seu estado de saúde, em decorrência de cólicas nefríticas, e, por aconselhamento médico, solicitou licença para tratamento em uma estação de águas em Búfalo, nos Estados Unidos.

Embora fosse atendida a sua solicitação, a comunicação chegou a Caracas quando os hotéis de Búfalo já haviam encerrado a temporada, o que fez com que se lhe escapasse a oportunidade deste tratamento. Suas preocupações continuaram a recair sobre a questão que o levava a Venezuela. É, a 09 de dezembro de 1905 o representante brasileiro compareceu ao Ministério das Relações Exteriores, em Caracas, para firmar, juntamente com o General Ibarra, o acordo de fronteiras, satisfatório aos interesses brasileiros. Fora, sem dúvida, um belo triunfo diplomático, embora no Rio de Janeiro tal sucesso não tivesse tido nenhuma repercussão. Tal desconhecimento público da conclusão dessa importante missão levada a cabo por Oliveira Lima, na Venezuela, fora a primeira "conspiração do silêncio" formada contra ele.

Em junho de 1907 encerrar-se-ia a missão especial confiada a Oliveira Lima naquele país, e, antes mesmo de cogitar sobre seu novo posto, um incidente de repercussão internacional o envolveu, em decorrência de um perfil traçado por ele sobre o caudilho Castro, quando de seu falecimento.

Claro que a tensão entre França e Venezuela ganhou, na imprensa, amplas manchetes, sobremaneira pela ousadia de Castro para com uma das grandes potências mundiais da época.

A adoção de uma consciência crítica em relação aos Estados Unidos por parte de nosso historiador-diplomata, no que se referia, na prática, ao monroísmo do “big stick” manipulado por Theodore Roosevelt para afirmar a liderança continental de seu país, fez com que Oliveira Lima mais se ocupasse das questões pan-americanas, defendendo um panamericanismo baseado “num contexto de bipolaridade”, concordando com a tese do estadista argentino Luís Maria Drago, postulante da plena autonomia política e econômica a todas as nações do continente americano.

Propugnava Oliveira Lima, idealista como sempre, a plena soberania das nações menos favorecidas diante das grandes potências, sendo que o “seu” panamericanismo assentava-se, sobretudo, no princípio de não-intervenção, a qualquer título, nas questões de outros Estados, o que significava dizer, dos Estados Unidos sobre a América Latina.

Tal posicionamento abalou o seu relacionamento com o velho amigo Nabuco, dois homens de temperamentos distintos, e, cada um deles procurando justificar a “sua verdade” sobre essa questão panamericanista.

O desentendimento foi sério: Nabuco chegou a acusar Oliveira Lima de estar a serviço dos interesses políticos do caudilho venezuelano. Por seu turno, não poderia nosso historiador-diplomata deixar de dizer que Nabuco era um deslumbrado pelos políticos norte-americanos.

Nesse meio tempo, novo posto é atribuído a Oliveira Lima: o México, o que não o agradou, decidindo-se mesmo pela não aceitação de tal designação.

Licenciou-se, pois, estava cada vez mais sentindo como lhe era penosa e desagradável a marginalização que lhe impunha Rio Branco, que nem mesmo se interessava por sua colaboração no Rio de Janeiro. Daí resolver partir. Seu novo posto fora, entretanto, a Bélgica. A problemática econômica deste país chamava-lhe a atenção; sua atitude fora a de incrementar as trocas comerciais entre Brasil e Bélgica, país que era não apenas um grande centro econômico como intelectual dos mais importantes da Europa.

Cumprida a sua tarefa, foi enviado à Suécia a fim de reabrir lá a missão diplomática brasileira. Nesse momento, mais do que nunca, Oliveira Lima estava preocupado tanto com a situação interna como com a condução da política externa do Brasil.

Ao chegar à Suécia logo iniciou sua missão junto ao Governo Sueco, ou seja, o restabelecimento da representação brasileira em Estocolmo e as negociações para um Convênio de Arbitramento entre os dois países.

Cumpre-nos enfatizar que Oliveira Lima continuava sempre a batalhar em prol da cultura brasileira na Europa e as notas através da imprensa sucediam-se, falando positivamente, das iniciativas do diploma-

ta-historiador, que, ao partir, em março de 1911, iniciou uma série de conferências, na Universidade de Paris, sobre a "Formation Historique de la Nationalité Brésilienne". Os meios intelectuais franceses reconheceram o valor dessas lições dadas por Oliveira Lima ao público estudioso de Paris com relação à formação histórica brasileira.

Por ocasião do falecimento de Rio Branco, ocorrida a 10 de fevereiro de 1912, Oliveira Lima, apesar dos ressentimentos, escreveu um pronunciamento sério e imparcial sobre o homem e o estadista desaparecido, o que bem demonstrou o seu espírito humanitário e de justiça.

Vaga a Embaixada de Washington, embora Oliveira Lima não a tivesse pleiteado, acalentava esperanças de lá chegar. Aliás, méritos para tal, sobejavam-lhe! E era a mais significativa Embaixada da diplomacia brasileira naquela oportunidade!

Todavia, sua intenção era a de realizar nos Estados Unidos uma série mais ampla ainda de palestras sobre a história comparada das Américas. A experiência na vida universitária norte-americana fora enorme, e Oliveira Lima confessava abertamente sua decisão em abraçar a vida universitária e, no futuro fixar residência em Washington.

Cogitava-se que Oliveira Lima seria designado para cumprir sua missão em Londres, e os registros da imprensa inglesa, enviados pelo Encarregado de Negócios do Brasil em Londres, eram altamente elogiosos ao nosso diplomata.

Enquanto isto, diríamos mesmo, quase indiferente ao desfecho de sua ida ou não à Inglaterra, prosseguia Oliveira Lima seus estudos e sua vasta produção intelectual.

Nesse ínterim, advém sua aposentadoria; a resposta dada a esse afastamento da carreira diplomática, foi de uma altivez e serenidade surpreendentes. Os ressentimentos os guardou em seu íntimo.

Todavia, a aposentadoria não lhe afetara o prestígio; dias após, é Oliveira Lima procurado por um grupo de moços acadêmicos de Pernambuco para realizar uma conferência na tradicional Faculdade de Direito de sua terra. Sentiu, desta forma, quanto interessava aos jovens essa aproximação pessoal, que, a partir desse momento, só aumentou.

Sendo Oliveira Lima um reconhecido historiador e perito em política internacional, nada mais natural que escrevesse sobre o que ocorria no mundo de após guerra, o que veio a despertar alguns comentários pouco abonadores sobre seus pronunciamentos. Entretanto, seu objetivo, era tão somente a defesa da paz, naquele mundo tão dominado pela violência. E a corajosa análise da economia brasileira feita por ele em 1917, embora sem encontrar réplica, despertou a ira de muitos nos comícios e nas colunas dos jornais.

Fora Oliveira Lima sempre um liberal, como já o dissemos e comprovamos, e, num reafirmar deste seu pensamento, podemos ainda lembrar que foi ele, em 1919, praticamente o pioneiro no Brasil a bater-se em pról da participação dos trabalhadores na riqueza que constroem para seu país. Mas seu temperamento polêmico fazia com que, às vésperas da sua partida, ao lado das despedidas mais sentidas, aparecessem insultos acompanhados de caricaturas debochadas publicados pelo Jornal do Comércio. A 21 de agosto de 1920, a bordo do "Avaré", partiria rumo aos Estados Unidos, mantendo-se sempre independente diante de partidos e de governos, ao contrário de muitos intelectuais que não conseguem viver longe dos meios do poder...

Às voltas com a tarefa de instalar sua biblioteca, e, sobretudo com o tempo quase que todo tomado pelas pesquisas no mercado imobiliário de Washington, Oliveira Lima não estava conseguindo escrever no ritmo, que lhe era habitual, o que o deixava sobremaneira impaciente.

O novo professor da Universidade Católica de Washington estava um tanto quanto desgastado: as decepções colhidas no Brasil, o esforço físico que representava a ida diária à Universidade, participar da arrumação da imensa biblioteca (cerca de 50.000 volumes), o clima áspero de Washington, tudo concorria para prejudicar a saúde já precária daquele imenso homem de porte e de inteligência!

No verão de 1922, Oliveira Lima foi a Massachussets, realizar, no Instituto de Ciências Políticas da Universidade de Williamstown, uma série de conferências sobre assuntos brasileiros.

O grande acontecimento para Oliveira Lima, no início do ano de 1924, foi a inauguração da biblioteca que doara à Universidade Católica de Washington, vendo materializado seu sonho de instalar na capital americana um centro de estudos brasileiros, abrangendo também Portugal e a América Hispânica.

Apesar do declínio físico do historiador-diplomata, esteve predisposto até a algumas reconciliações e reconsiderações, a tal ponto que chegou a admitir a possibilidade de integrar a delegação brasileira à Conferência Pan-Americana, marcada para janeiro de 1928, em Havana. Mas havia resistências ainda bem fortes contra seu nome em setores ponderáveis do Itamaraty. O agravamento de seu estado de saúde já o havia convencido da impossibilidade de ir à Cuba. Mas, seu desencanto não foi menor ao saber que para chefiar a delegação do Itamaraty o escolhido havia sido Raul Fernandes. Mesmo em Washington, em seu exílio voluntário, a mesquinha ainda o atingiria mais uma vez...

Em março de 1927 concluiria o Império Brasileiro. O agravar de sua saúde era, a cada dia que passava, fato a ser constatado.

Suas últimas cartas demonstravam a esperança de recuperar-se, pelo menos em parte, para poder regressar ao Brasil. Todavia, o destino não permitiu que isso ocorresse: a 24 de março de 1928, após vencer uma forte crise cardíaca, seu coração parou.

Foi grande a repercussão de seu passamento. Reconheceram, embora tardiamente, seu caráter incólume, sua cultura e inteligência, o magnífico trabalho realizado pelo publicista, pelo historiador, pelo sociólogo, pelo crítico de arte, pelo diplomata, pelo professor, pelo homem Oliveira Lima, morto do convívio material, mas, eternamente vivo pelo que fez e produziu! Nenhuma homenagem, de fato, far-lhe-á a devida justiça!

Esperamos ter demonstrado neste perfil em que tentamos esboçar sua personalidade, o quanto Oliveira Lima soube dividir o tempo entre a diplomacia e a história. Desde **Pernambuco: seu desenvolvimento histórico**, que é de 1894, até **O Império Brasileiro**, que publicou pouco antes de falecer, enumeram-se títulos bastante variados, abrangendo os mais diversos problemas da história e da cultura geral. Escreveu sobre literatura colonial, sobre o descobrimento do Brasil, sobre os Estados Unidos, o Japão, a Argentina e a América Espanhola em geral, sobre os primeiros tempos da República brasileira, coligiu manuscritos de interesse para o Brasil; escreveu sobre Varnhagen, Padre Manuel de Moraes, José Bonifácio, Machado de Assis, o viajante sueco Gustavo Beyer; produziu o mais completo estudo até hoje elaborado sobre o período da corte portuguesa no Brasil; cuidou do ideal panamericano, do movimento da Independência e do reconhecimento do Império; analisou em profundidade a que-rela da sucessão D. Pedro/D. Miguel; interpretou, melhor que outros, as características do Império brasileiro; tratou de coisas diplomáticas, de questões de limites, da evolução da cidade do Rio de Janeiro; redigiu o melhor manual até hoje publicado no Brasil, de **História da Civilização**, tendo sido o primeiro, entre nós, a usar esse título para o que habitualmente se chamava simples e pretenciosamente de **História Universal**; sintetizou, em pequeno volume, um século de relações internacionais do Brasil; transformou conferências ocasionais em livros preciosos e duradouros, como as que proferiu na Sorbone sobre a formação histórica do Brasil, as que proferiu em Lisboa inaugurando uma cadeira de Estudos Brasileiros da universidade da capital portuguesa e das quais resultou o volume **Aspectos da história e da cultura no Brasil**, prefaciado por Teófilo Braga; ou, ainda, as que proferiu em universidades norte-americanas traçando a evolução comparada das Américas Inglesa, Espanhola e Portuguesa. E deixou inéditas as suas memórias, que só foram publicadas por Gilberto Freyre quase dez anos após o seu falecimento; como inédito ficou, também, seu livro **Impressões sobre a América Espanhola**, que só veio a lume em 1953, também por iniciativa de Gilberto Freyre e com magníficos prefácios do autor de **Casa Grande e Senzala** e do Professor

Manoel Cardoso, da Universidade Católica de Washington. Tal como o volume de memórias, as **Impressões sobre a América Espanhola** também integrou a preciosa coleção "Documentos Brasileiros", da Editora José Olympio. E não contente de tanto escrever de próprio e original, ainda achou tempo para reeditar com anotações a grande obra de Monsenhor Moniz Tavares sobre a Revolução Pernambucana de 1817.

É uma pena que obra tão rica e variada, diríamos mesmo indispensável para certos temas de nossa história, esteja em grande parte esquecida nos nossos dias. Pouco do que escreveu fez jús a reedições modernas. Mesmo sua obra máxima, **D. João VI no Brasil**, publicada em 1909, só uma vez foi reeditada, quase quarenta anos depois; a **Formation historique de la nationalité brésilienne**, publicada originalmente em francês em 1911, foi traduzida para o espanhol pelo historiador mexicano Carlos Pereyra, mais de vinte e cinco anos antes que o fosse para o próprio português; **O Movimento da Independência** e **O Império Brasileiro**, respectivamente de 1922 e 1927, só uma vez foram reeditados, numa edição em que a editora, inexplicavelmente, reuniu os dois livros tão diferentes num só volume; o ensaio sobre o panamericanismo fez jús, há pouco, a uma reedição pelo Senado Federal, na preciosa coleção "Bernardo Pereira de Vasconcelos", o mesmo ocorrendo, mais recentemente ainda, com os **Aspectos da literatura colonial**, incluída na coleção "Dimensões do Brasil", criada pela editora Vozes, mas atualmente a cargo da Editora Francisco Alves. Vêem todos que as próprias reedições, com exceção das duas últimas mencionadas já são bem antigas, quase inacessíveis a não ser em bibliotecas muito bem dotadas.

os próprios autores que se tem ocupado da historiografia brasileira pouco tem cuidado de Oliveira Lima. Apenas o historiador pernambucano Fernando da Cruz Gouvêa, nosso preclaro confrade, há pouco eleito para representar Pernambuco em nossa Academia, dedicou-lhe extensa obra, em três alentados volumes e dele ainda cuidou em escritos menores. Metade de um fascículo de **Autores e Livros**, o precioso suplemento literário do antigo jornal "A Manhã", do Rio de Janeiro, dirigido por Múcio Leão, foi dedicada ao historiador pernambucano, com diversas páginas de e sobre ele, inclusive originais. Mas, onde encontrar-se hoje essa valiosa publicação que data já de mais de 40 anos? O mais que sobre ele se escreveu não passa de discursos acadêmicos (como o de Alberto Faria, sucedendo-o na Academia Brasileira), de notas, de prefácios aos seus livros ou comentários ligeiros na imprensa sobre eles quando de suas publicações. Dir-se-ia que aquela "conspiração do silêncio" que apontamos para a sua vida diplomática também se faz sentir em sua obra de historiador.

Oliveira Lima, como se depreende de sua bibliografia, ministrou cursos e proferiu conferências em diversos países: França, Bélgica, Inglaterra, Estados Unidos, Portugal, Argentina... Sete livros de sua vasta

bibliografia foram publicados originalmente em francês. Por toda a parte procurava falar do Brasil, mostrando aos mais diversos auditórios os traços mais significativos de nossa história e de nossa cultura. Por tudo isto, podemos considerá-lo não apenas um embaixador do Brasil (como tantos existem), mas um embaixador da cultura brasileira. Bem poderia ter feito seu o famoso lema do Barão do Rio Branco “Ubiq̃ue patriae memor”, isto é, “Em toda a parte me lembro da pátria”.

Terminaremos estas considerações sobre nosso patrono lendo um trecho de seu testamento, datado de Lisboa, 18 de outubro de 1923: “Será única e universal herdeira de toda a minha herança a Universidade Católica da América, com sede em Washington, à qual já fiz doação de minha biblioteca, com o seguinte encargo e fim expresso de custear e manter uma cadeira de língua portuguesa e história literária e econômica de Portugal e Brasil, bem como, se sobrar, de distribuir subsídios entre quaisquer estudantes pobres, sem distinção de nacionalidade nem de cor, que cultivarem com zelo essas matérias, a juízo da respectiva congregação universitária. Determino que meu corpo descanse onde ocorrer meu falecimento, sepultado ou cremado de preferência se minha religião não o vedar, sendo adquirida por minha herdeira, isto é, por minha mulher ou na falta desta pela Universidade uma concessão perpétua em campa rasa, a mais modesta possível, e não sendo em caso algum os meus restos objetos de transporte **post-mortem**. Como epitáfio, escolho somente este: **Aqui jaz um amigo dos livros**, sem indicação de nome. Estimaria sobremodo que a minha mulher repousasse perto de mim. Também quero que nenhuma honra póstuma me seja atribuída no meu país ou fora dele”.

Pouco depois de seu sepultamento no cemitério do Monte das Oliveiras, em Washington, seus amigos de Pernambuco mandaram colocar em seu túmulo uma lápide na qual foi gravada textualmente a frase que ele pediu: “Aqui jaz um amigo dos livros”.

A PRIMEIRA CONSTITUIÇÃO REPUBLICANA DE 1891 E A REFORMA CONSTITUCIONAL DE 1926

Alice Beatriz da Silva Gordo Lang

A 3 de dezembro de 1889, apenas dezoito dias depois de proclamada a República, o Governo Provisório, pelo decreto nº 29, nomeou uma comissão composta por cinco membros para elaborar o projeto de Constituição: Saldanha Marinho, Rangel Pestana, Antônio Luiz dos Santos Werneck, Américo Brasiliense de Almeida Melo e José Antônio Pedreira de Magalhães Castro¹.

A partir de três projetos prévios, a "Comissão dos Cinco", reunida em Petrópolis, elaborou o projeto definitivo e o entregou ao Governo Provisório a 30 de maio de 1890. O projeto foi então revisto por Rui Barbosa, Ministro da Fazenda deste governo.

Por meio de outros decretos, o Governo Provisório convocou as eleições para a Assembléia Constituinte e determinou a composição do Congresso. Cada Estado elegeria três senadores e um número estabelecido de deputados, o mesmo ocorrendo com o Distrito Federal. A bancada maior seria a de Minas Gerais, com 37 deputados, seguindo-se as da Bahia e de São Paulo com 22 cada, Pernambuco e Rio de Janeiro com 17, Rio Grande do Sul com 16, Distrito Federal e Ceará com 10 e os demais Estados com um número menor. Eram ao todo 63 senadores e 205 deputados.²

Na Constituinte, deputados e senadores integrariam uma só Câmara, separando-se os dois ramos depois de aprovada a Constituição. Os congressistas, legislando em causa própria, apenas ratificaram a composição do Congresso estabelecida pelo decreto do Governo Provisório, bem como sua permanência para o exercício de um mandato ordinário.

Em São Paulo, não foi apenas o Partido Republicano Paulista que concorreu ao pleito, pois candidatos foram também apresentados pelo Partido Católico e pelo Partido Operário.³ Sagrou-se vencedora a chapa republicana, na eleição realizada a 15 de setembro de 1890.

(1) Roure, Agenor de — *A Constituinte Republicana*, 1. Brasília, Senado Federal, 1979. Col. Bernardo Pereira de Vasconcelos, v. 17.

(2) *Correio Paulistano*, 26-6-1890, p. 1

(3) *Correio Paulistano*, 13-9-1890, p. 1.

O paulista Prudente de Moraes foi eleito Presidente da Constituinte. A Assembléia elegeu uma Comissão Especial de 21 membros, um de cada Estado, para dar parecer sobre o projeto de Constituição encaminhado pelo Governo Provisório. O parecer da Comissão dos 21 concluiu:

“Tendo sido aceitas as bases da Constituição quanto à forma federativa, à dualidade das Câmaras, ao princípio da eleição popular do primeiro Magistrado e a sua substituição por um Vice-Presidente eleito do mesmo modo, a Comissão limitar-se-á a pedir a atenção do Congresso para aquelas emendas, dentre as aprovadas, que lhe parecerem de maior importância”. (Parecer nº 1)⁴

Caberia então à Assembléia Constituinte discutir, aceitar, modificar, aprovar ou rejeitar cada artigo do projeto proposto.

A obra da Constituinte foi realizada em três meses e alguns dias. A atuação da bancada paulista na Constituinte foi pequena. Segundo Bernardino de Campos, líder da representação de São Paulo, a bancada tomara a deliberação de abster-se das discussões, não por considerar os assuntos destituídos de importância, mas para abreviar os dias da ditadura e levar o país à legalidade.⁵

A primeira Constituição Republicana foi votada e promulgada a 24 de fevereiro de 1891. Esta Constituição trouxe grandes inovações com relação à Imperial, destacando-se as seguintes: o Federalismo; o Estado laico; o voto universal para os maiores de 21 anos, excluindo-se os mendigos, analfabetos, praças de pré e religiosos sujeitos a voto de obediência; o Senado temporário; o regime presidencialista e a livre escolha dos ministros pelo Presidente da República; o governo dos três poderes independentes: executivo, legislativo e judiciário; o habeas-corpus; o estado de sítio.⁶

Os pontos mais debatidos foram o federalismo e o presidencialismo.

Mas o tempo foi passando. Mudanças ocorreram em uma sociedade que se urbanizava, que se industrializava, que se tornava mais complexa, cuja população crescia pela natalidade e pela imigração.

Continuaria a Constituição de 1891 adequada a esta sociedade, depois de passadas três décadas de intensas transformações?

Ao longo dos anos muitas foram as vezes que reivindicaram a reforma na Constituição. Já no programa do Partido Republicano Dissidente, de São Paulo, datado de 1901, achava-se inscrita a necessidade desta reforma. Propostas de reforma foram apresentadas por Alberto Torres e

(4) *Anais da Câmara dos Deputados*. 2ª ed. revista. Rio de Janeiro, Imprensa Nacional, 1926. Vo. 1, p. 35.

(5) Roure, Agenor de — op. cit., 5.

(6) Basbaum, Leôncio — *História sincera da República*, v. 2, pp. 183-184. São Paulo, Alfa-Omega, 1975. 4ª edição.

por Rui Barbosa, este um dos autores da Carta de 91. Os movimentos tenentistas de 22 e 24 também reivindicavam uma nova Constituição.

Corriam então os anos vinte. O país atravessa uma quadra de grande agitação. A situação econômica do país era difícilíssima, provocando um descontentamento generalizado. O custo de vida era crescente e os salários dos trabalhadores não o acompanhavam; a crise atingia também as camadas da pequena burguesia: advogados, médicos, engenheiros, dentistas, pequenos negociantes e proprietários. A insegurança cambial vinha levando importantes firmas à falência. Apesar disso, os gastos do governo eram imensos, como os efetuados nas comemorações do Centenário da Independência.⁷

Em 1922, quando das eleições presidenciais, o candidato situacionista Artur Bernardes foi eleito em uma campanha de extrema violência, vencendo a Nilo Peçanha, candidato apoiado pelos Estados do Rio de Janeiro, Rio Grande do Sul, Bahia e Pernambuco, que formaram a "Reação Republicana". Em julho de 1922 houvera a revolta do Forte de Copacabana; sufocada a rebelião, foi decretado o estado de sítio, que permaneceu até a posse de Bernardes, que, aliás, governou em permanente estado de sítio. Em 1924, vários movimentos revoltosos ocorreram, em São Paulo, Mato Grosso, Sergipe, Pará, Amazonas e Rio Grande do Sul.⁸

Neste período de constantes conspirações, de agitação resolveu Artur Bernardes propor a reforma da Constituição, o que fez em sua Mensagem ao Congresso, a 3 de maio de 1925. A possibilidade de reforma da Constituição estava já prevista na Carta de 91, em seu artigo 90. O disposto neste artigo exigia que a proposta de reforma fosse aceita em três discussões, nas duas casas do Congresso e que sua aprovação se desse no ano seguinte, também mediante três discussões nas duas Câmaras, por maioria de dois terços de votos.

O projeto de reforma constitucional iniciou sua tramitação na Câmara dos Deputados, constituindo o projeto nº 45, de 1925. Reuniões preliminares haviam sido realizadas no Catete, sede do Executivo Federal. Apenas no final de outubro, o projeto teve seu andamento iniciado no Senado Federal e foi nesta casa que as discussões sobre a revisão foram mais intensas.

No início do ano parlamentar de 1926, o Presidente Artur Bernardes mostrou novamente seu empenho pela aprovação da reforma, na Mensagem ao Congresso, a 3 de maio de 1926.

O projeto foi novamente discutido nas duas casas, tendo sido finalmente aprovado na sessão de 28 de agosto de 1926.

(7) Dias, Everardo — *História das lutas sociais no Brasil*, p. 114 a 116. São Paulo, Alfa-Ômega, 1977.

(8) Dias, Everardo — *op. cit.*, p. 128.

A reforma constitui em cinco emendas então aprovadas:

A emenda nº 1 referia-se ao artigo sexto da Constituição, que indicava as situações em que o governo federal poderia intervir nos Estados. A intervenção poderia agora se dar em outras situações, não anteriormente apontadas, como por exemplo, em Estados que se achassem insolventes. A intervenção teria de ser decretada pelo Congresso, onde tinham assentos representantes do Estado em que se daria a intervenção, ou pelo Supremo Tribunal Federal. Cabia ao Executivo a missão de realizar as intervenções. O Presidente poderia decidir uma intervenção somente para repelir invasão estrangeira ou de um Estado em outro e para conter uma guerra civil, ou seja, em situações de grave comoção social.

A emenda nº 2 referia-se às atribuições do Congresso, que eram acrescidas pela possibilidade de legislar sobre o comércio interior e exterior, bem como sobre o trabalho. Entre outras determinações, proibia o Congresso de mobilizar e utilizar a Guarda Nacional ou milícia cívica. Quanto às leis do orçamento, proibia a criação de despesas estranhas à receita e a concessão de créditos ilimitados. Com isto, eram suprimidas as famosas caudas do orçamento, aprovadas nas últimas sessões do ano parlamentar.

A emenda nº 3 permitia ao Presidente vetar um projeto aprovado pelo Congresso no todo ou apenas em parte, modificando a disposição anterior que somente permitia o veto total; o projeto vetado deveria retornar à apreciação do Congresso.

A emenda nº 4 referia-se à Justiça Federal. Entre vários itens, estabelecia que não seria permitido nenhum recurso para a Justiça Federal ou local contra a intervenção nos Estados, o estado de sítio, a verificação dos poderes, o reconhecimento, a posse, a legitimidade e a perda de mandato de membros do Poder Legislativo ou Executivo, federal ou estadual. não poderia o Judiciário julgar nenhum ato do Poder Legislativo ou Executivo, praticado durante o estado de sítio.

A emenda nº 5, sobre direitos e deveres de brasileiros e estrangeiros, entre várias determinações, permitia ao Poder Executivo expulsar do território nacional estrangeiros perigosos à ordem pública, ou nocivos aos interesses da República; acrescentou que as minas e jazidas minerais necessárias à segurança e defesa nacionais, e as terras onde existirem, não poderiam ser transferidas a estrangeiros. O "habeas corpus" passou a limitar-se à liberdade de locomoção e não mais ao abuso do poder.⁹

Em princípio todos concordavam em que era necessário reformar a Constituição, tanto partidários, quanto opositores do Governo. Quanto à oportunidade da reforma, vários eram os senadores que se opunham à sua discussão durante o estado de sítio.

(9) *O País*, 4-9-1926, pp. 4 e 5.

Se os diferentes grupos concordavam quanto à necessidade de se proceder a uma reforma da Constituição, unanimidade de opiniões não havia quanto ao conteúdo da reforma. Para os opositores da revisão, esta tornou a Constituição um estatuto verdadeiramente anti-liberal.¹⁰ Para os promotores e defensores da reforma, entretanto, esta era “sustentada pela verdadeira opinião nacional” e se fez “contra o espírito prepotente e anárquico da oposição subversiva”¹¹; para estes, a reforma não retirava o caráter liberal da Constituição, mas antes, possibilitava ao governo fazer respeitada a lei, defendida a ordem.

Oposição e situação, cada qual a seu modo, tinham o modelo liberal como parâmetro para sua posição. Os primeiros visavam à defesa da liberdade individual e combatiam o predomínio do Executivo, cujo poder viam aumentado com a reforma. Os defensores da revisão propugnavam pelo enquadramento de todas as situações sob o império da lei.

O projeto da reforma da Constituição, talvez pela ocasião em que foi apresentado, em um período em que os ânimos estavam ainda tensos, após uma violentíssima campanha para a eleição presidencial, viu em sua discussão as posições se radicalizarem: os que apoiavam o Presidente manifestaram-se a favor da reforma e os membros da minoria, que haviam apoiado a chapa oposicionista, posicionaram-se contra.

A análise das emendas aprovadas mostra que houve uma grande modificação no equilíbrio existente entre os poderes. As prerrogativas do Judiciário foram imensamente reduzidas com relação aos demais poderes; o Legislativo também teve seu poder diminuído, especialmente pela impossibilidade de mobilizar a força armada configurada na milícia cívica e de promover modificações no orçamento em curso; o poder do Executivo foi acrescido pela limitação do instituto do “habeas corpus”, pelo poder de veto parcial que permitiria que projetos vistos como inconvenientes tivessem sua aprovação indefinidamente postergada e por tornar muitos dos seus atos não passíveis de julgamento pelo Judiciário.

O aumento do poder do Executivo que caracterizou a reforma constitucional de 1926 foi apontado por vários autores que estudaram o período, como Raymundo Faoro, Leôncio Basbaum e José Maria dos Santos.¹²

A reforma teria sido proposta para tentar deter o processo revolucionário em curso na década de vinte e tornado evidente pelos movimentos tenentistas de 22 e 24 e pela marcha da Coluna Prestes. Artur

(10) Santos, José Maria dos — *A política geral do Brasil*, pp. 459 e 460. São Paulo, J. Magalhães, 1930.

(11) *O País*, 5-9-1926, p. 1.

(12) Faoro, Raymundo — *Os donos do poder*, v. 2, p. 668. Porto Alegre, Globo/São Paulo, Edusp, 1975. Basbaum, Leôncio — op. cit., p. 185. Santos, José Maria dos, op. cit.

Bernardes, que precisou governar em permanente estado de sítio, sentira a necessidade de um Executivo mais forte para conduzir o país e manter o sistema que considerava permanentemente ameaçado. O poder mais forte do Executivo, estabelecido pela reforma, não caberia a Bernardes, cujo período estava prestes a terminar, mas a seu sucessor, o ex-Presidente do Estado de São Paulo, Washington Luís.

Entretanto, o fortalecimento do Poder Executivo e a limitação da liberdade individual não foram suficientes para reprimir a onda de revoltas e para sustentar o situacionismo contra a oposição que se levantou em 1930, com a revolução de outubro, pondo fim à República Velha.

(Cadernos CERU, 2ª série, nº 2, pp. 97-101. São Paulo, Centro de Estudos Rurais e Urbanos, Univ. de São Paulo, 1986).

“VIAGEM AO ESPÍRITO SANTO E RIO DOCE”

Levy Rocha

Quando Carlos Madeira foi premiado num concurso literário, em Vitória, com a sua tradução de Saint-Hilaire: **Segunda Viagem ao Interior do Brasil: Espírito Santo** (vol. 72 da Coleção “Brasiliana”), lancei um impetuoso protesto de jovem, achando que prêmio de tal natureza só faria jús a magistrais trabalhos como o de Porto Carrero ou o de Eça de Queirós, com **Cirano de Bergérac** e **As minas de Salomão**.

Na verdade, a tradução muito deixava a desejar, mas fazia-se merecedora dos sóbrios comentários do prefaciador, Max Fleiuss, dos “francos aplausos” ou “impondo-se ao reconhecimento dos estudiosos de nossa terra”. Todavia, suscitava aos mesmos estudiosos muitas dúvidas.

Decorridos trinta e sete anos, no curso dos quais o volume se tornou um dos mais raros da Coleção “Brasiliana”, surge o mesmo texto do sábio viajante gaulês vertido para o vernáculo por Milton Amado, co-edição da Universidade de São Paulo e Livraria Editora Itatiaia Ltda., de Belo Horizonte, com a epígrafe **Viagem ao Espírito Santo e Rio Doce**, vol. 6 da Coleção “Reconquista do Brasil”.

Embora a duplicidade dos títulos, trata-se do mesmo texto, contido nos capítulos VII a XV (2º volume) do original francês: **Voyage dans le district des diamants et sur le littoral du Brésil**, de Auguste de Saint-Hilaire, lançado em Paris, em 1833.

Em boa apresentação, ficha catalográfica, sumário, índice onomástico e toponímico, a nova tradução apresenta, porém, grave falha: omitiu o nome de Carlos Madeira, silenciou completamente sobre o seu trabalho. E repetiu os seus mesmos erros ou incorreções, desnordeando ainda mais os pesquisadores de história.

A narrativa de Saint-Hilaire alusiva à sua visita ao Itapemirim, com palavras quase as mesmas, salvo na atualização da ortografia, os dois tradutores assim verteram esse trecho: “No tempo de minha viagem, o melhor açúcar branco vendia-se em Cachoeiro do Itapemirim por dois mil réis a arroba”.

Ora, Saint-Hilaire visitou aquelas paragens em agosto de 1818, época em que no lugar mencionado pelos dois tradutores, isto é, a seis

léguas distantes da vila, no primeiro cachoeiro do rio, existia tão-somente o Quartel da Barca, levantado pelo governador Francisco Alberto Rubim em homenagem ao Conde da Barca, um honrado servidor do governo de D. João VI. Era o quartel guarnecido com um inferior e trinta soldados do Corpo de Pedestres. Em suas imediações só havia uma grande derribada para o cultivo de mandioca. Segundo um ofício da Câmara Municipal de Cachoeiro do Itapemirim, a primeira casa ali construída foi no ano de 1846... Essa confusão levou-nos ao texto original do sábio francês, que assim escreveu à pág. 205: "... Lors de mon voyage, le plus beau sucre blanc se vendait à Itapemirim 2.000 reis l'arrobe". E prossegue: "Quatre ou cinq embarcations suffisent pour transporter tous les produits que le district d'Itapemirim envoie à la capitale". Trecho que os dois tradutores, com as ligeiríssimas discrepâncias citadas, assim verteram: "Quatro ou cinco embarcações eram suficientes para transportar todo o produto que Cachoeiro do Itapemirim destinava à Capital". Mas, Cachoeiro não existia em 1818; não podia exportar açúcar para o Rio... Quem exportava, e isso parece muito claro no texto de Saint-Hilaire, era "le district d'Itapemirim", ou melhor, a vila de N. S. do Amparo de Itapemirim, cujo distrito, então recém-criado, tinha uma população de 1.900 habitantes.

O sábio-viajante contou nove engenhos de açúcar naqueles arredores. Eram os mesmos citados pelo Governador Rubim em sua **Breve Estatística** de 1817: as grandes fazendas, com nove engenhos reais (oito, de fato): Arêa, Cardoso, Cutia, Boa Vista, Barra Seca, Passo Grande, Paineira e São Gregório da Ribeira, e uma engenhoca, coberta de sapé, cujo nome não mereceu registro.

Prosseguindo a narrativa do sábio-viajante, declara ele que as embarcações podiam subir o Itapemirim "por espaço de mais ou menos oito léguas, mas, daí em diante, são detidas por quedas de água ou por cascatas" (Milton Amado). Essas "quedas de água" e "cascatas" que sabemos não existirem no rio e que o sábio excursionista escreveu "... soit par des chutes d'eau, soit par des rapides", nós interpretamos como: "seja por encachoeirados, seja por corredeiras".

Para não avançar mais, respeitando as memórias dos dois tradutores, falecidos, lembramos que Carlos Madeira não foi um tradutor-juramentado nem passou além desse primeiro exercício que línguas ferinas da província andaram espalhando, a boca pequena, ser um trabalho de sua professora de francês. Milton Amado, porém, "homem indicado para a presente tradução", conforme afirmativa do Prof. Mário Guimarães Ferri, seu prefaciador, "traduziu até agora mais de 50 obras". Como justificar a falha que apontamos?

A HISTORIOLOGIA DE ORTEGA Y GASSET

Francisco Ovídio *

José Ortega y Gasset (1883 – 1955), filósofo espanhol, é o principal representante do raciovitalismo. Após o doutorado pela Faculdade de Filosofia e Letras da Universidade de Madrid, em 1904, dirigiu-se para a Alemanha, onde estudou em Leipzig, Berlim e Marburgo. Nesta última cidade, foi aluno do grande neokantiano Herman Cohen, nos anos de 1906 e 1907. O pensamento alemão exerceu grande influência na sua formação filosófica, principalmente Husserl e Dilthey, que considerava seu mestre e precursor.

De volta para a Espanha, em 1907, iniciou sua vida acadêmica como professor de Psicologia, Lógica e Ética na Escola Superior do Magistério. Em 1910 assumiu a cátedra de Metafísica da Universidade de Madrid, que exerceu até 1936. Além do magistério, desenvolveu intensa atividade jornalística e participou durante certo período da vida política espanhola, chegando a ser eleito para a Assembléia Constituinte. Com a deflagração da Guerra Civil Espanhola expatriou-se, residindo na França, Argentina, Holanda e Portugal, até 1945. Em 1948, fundou, juntamente com Julian Marías, o Instituto de Humanidades, um instituto privado de estudos e pesquisas. No ano seguinte, iniciou um extenso ciclo de conferências nos Estados Unidos, Alemanha e Suíça, retornando à Espanha pouco antes da sua morte.

A sua intensa atividade intelectual, desenvolvida em universidades, na imprensa e em cursos públicos redundou em doze substanciosos volumes, abrangendo trabalhos sobre os mais variados assuntos. Atento observador e crítico dos problemas humanos, Ortega debruçou sua inteligência privilegiada sobre os mais diversificados temas: filosofia, política, sociologia, arte, religião, literatura, psicologia, história etc. Capaz de discutir os mais complexos problemas de forma elegante e clara, os seus textos prendem a atenção do leitor e possibilitam ampla compreensão do assunto tratado, mesmo para os não especialistas. Segundo Ernest Robert Curtius, “foi o único homem na Europa capaz de falar com a mesma intensidade, com o mesmo brio e com a mesma competência de Kant, de arte pré-histórica, de cubismo, de Debussy e de Max Scheler.”

(*) Professor e Diretor do Centro de Pós-Graduação da UNAERP (Universidade de Ribeirão Preto).

A influência de Ortega provocou o florescimento de uma escola filosófica, a Escola de Madrid, reunindo expressivos nomes como Julian Marías, Manuel Garcia Morente, Xavier Zubiri, José Gaos, Recaséns Siches, José Ferrater Mora e outros mais da mesma expressão dos aqui indicados. Os adeptos das suas idéias filosóficas podem ser encontrados em diversos países, inclusive no Brasil. Nomes como A. L. Machado Neto, Gilberto de Mello Kujawski e Luiz Washington Vita, entre outros, sofreram marcante influência das teses defendidas pelo filósofo espanhol.

O exame das obras completas revela o seu interesse pela matéria histórica. Na análise dos mais variados problemas situa as raízes históricas, demonstrando a sua grande familiaridade com a História. Já na publicação de "Meditações do Quixote" (1914), aparece a preocupação em "buscar o sentido e a unidade dos fatos históricos", a idéia das mudanças de estrutura da vida humana de uma época para outra, a caracterização dos séculos, épocas, culturas e gerações.

Os oito volumes de "O Espectador", publicados entre os anos de 1916 e 1934, estão permeados de temas históricos, conforme pode ser verificado nos trabalhos "História e Geografia" (1925), "Deus à vista" (1927), "A interpretação bélica da História" (1925), "Sobre a morte de Roma" (1926), "Egípcios" (1934). Em outros escritos, como "História como sistema" (1935), considerado o seu trabalho mais importante sobre História, "A filosofia da história de Hegel e a historiologia" (1928), "Conceito da História" (1932), "Uma interpretação da História Universal" (1949), resultado de um curso que ministrou sobre a teoria de Arnold Toynbee, e "Sobre a razão histórica" (1944), Gasset revelou notável saber histórico e apresentou importantes contribuições para o desenvolvimento da ciência histórica.

As posições filosóficas tradicionais do realismo e do idealismo encontram, respectivamente, nas coisas e nas idéias a realidade primeira. Ortega superou estas explicações e situou na vida humana a realidade radical. Esta realidade primária é a do eu com as coisas, com a circunstância, o que enunciou já no seu primeiro livro, em 1914, através da célebre frase — "eu sou eu e a minha circunstância."

A minha vida (realidade radical) não é uma coisa, como a pedra ou o animal. A estes, a existência é dada pronta, essencialmente perfeita, o que não acontece com o homem, cuja vida não é dada feita, mas a fazer-se.

Pelo fato de não ter uma substância previamente dada, a vida humana há de se compor do que em nossa vida e da nossa vida fazemos, pois "o homem, não só economicamente, senão metafisicamente tem de ganhar a vida." (5: 337)

A vida humana, este "que hacer", não é a biológica, que no fundo não se distingue dos outros animais, mas a biográfica, que é a de

cada um e é irreduzível a outra qualquer. Se a vida humana fosse biológica, o homem seria classificado de forma rigorosa, como vertebrado, mamífero, primata, "homo sapiens" etc. Já na biográfica, o homem não é, vai sendo isto e aquilo, sua vida é "um gerúndio e não um particípio: um "faciendum" e não um "factum", não tem natureza, mas história." (6:32-33)

Entre os "que haceres" da vida humana está o pensamento, a razão. Desde a Grécia, e durante séculos, compreendeu-se a razão como algo que capta o imutável, a essência eterna das coisas, à margem do tempo. Este entendimento culminou na razão matemática dos racionalistas do século XVII, que produziu as ciências físicas e a "razão pura" de Kant. Para o conhecimento da natureza este tipo de razão mostrava-se suficiente, o mesmo não ocorrendo com a realidade humana. Esta, por ser mutável e temporal, de singular plasticidade, não se encaixava nos moldes da razão pura.

A conseqüência desta inabilidade da razão pura, acentuada desde o século XIX, foi a causadora dos irracionalismos que marcaram o pensamento filosófico nos últimos cem anos. Ortega contrapôs-se firmemente ao irracionalismo e criticou a razão pura, que considerava uma forma particular de razão. Considerar como razão a razão pura ou matemática, julgava ser um erro, é tomar a parte pelo todo. "Todas as definições da razão, que faziam consistir o essencial destas em certos modos particulares de operar com o intelecto, além de serem estreitas, esterilizam-na amputando-lhe ou embotando a sua dimensão decisiva. Para mim é razão, no seu verdadeiro e rigoroso sentido, toda a ação intelectual que nos põe em contato com a realidade por meio da qual topamos com o transcendente." (6:46)

Assim, Ortega introduz o conceito de razão vital, capaz de apreender a realidade temporal da vida, de conciliar a antinomia entre razão e vida. Este empreendimento, a submissão da razão à vitalidade, considerava como "o tema de nosso tempo".

O conceito de razão vital é uma das chaves para o entendimento do pensamento orteguiano. A razão é a própria vida humana, "constitui com o viver uma e a mesma coisa" (...) viver não é outra coisa senão ter outro remédio do que raciocinar perante a circunstância inexorável. "O pensamento é, assim, uma tarefa vital. Uma realidade humana só se torna inteligível sob o ponto de vista da vida, referida à essa totalidade em que está radicada."

Por outro lado, é necessário que a razão vital se faça razão histórica, pois o horizonte da vida humana é histórico, a história é a circunstância mais determinante do homem, aquela que lhe dá, mesmo, o caráter e a feição dominante. O homem em cada momento de sua vida é o

seu próprio passado e o da sociedade à qual pertence. A razão histórica ou narrativa é a razão vivente, a razão que é a própria vida.

“Trata-se de encontrar na própria história a sua razão original e autóctone. Por isso tem que se entender em todo o seu rigor a expressão “razão histórica”. Não há razão extra histórica que pareça cumprir-se na história, mas literalmente, o que ao homem aconteceu, constituindo a razão substantiva, a revelação de uma realidade transcendente às teorias do homem e o que é o mesmo sob as suas teorias.” “A razão histórica não aceita nada como mero fato, uma vez que fluidifica todo o fato no “fieri” de que provem: vê como se faz o fato.” (6:49-50)

O homem encontra-se vivendo a uma altura determinada dos tempos: um certo nível histórico. A vida humana é feita por uma substância peculiar, que é o seu tempo. Ao passo que o tigre é sempre um primeiro tigre, que estréia o ser tigre, o homem é herdeiro de um passado, de uma série de experiências humanas pretéritas, que condicionam o seu ser e as suas possibilidades. “O indivíduo humano não estréia a humanidade. Encontra imediatamente na sua circunstância outros homens e a sociedade que entre eles se produz. Daqui resulta que a sua humanidade, aquela que nele começou a se desenvolver, parte de outra que já desenvolveu e chegou à sua culminação. Em suma, acumula à sua humanidade um modo de ser homem já forjado, que não tem que inventar, mas simplesmente instalar-se nele, partir dele para o seu desenvolvimento individual.” (6: 40-43)

O método preconizado por Gasset para compreender a realidade histórica é o método das gerações. Nos trabalhos “O tema de nosso tempo” (1923) e, mais particularmente, “Em torno a Galileu” (1933) desenvolveu a matéria, mostrando que a estrutura da história são as gerações, pois cada homem encontra-se num mundo determinado por um repertório de crenças, idéias, usos e problemas. Esta forma de vida dura certo tempo, para ele, quinze anos. “As variações da sensibilidade vital que são decisivas na história se apresentam sob a forma de gerações. Uma geração não é um punhado de homens egrégios, nem simplesmente uma massa; é como um corpo social integrado com sua minoria seleta e sua multidão, que foi lançada sobre o âmbito da existência com uma trajetória vital determinada. A geração, compromisso dinâmico entre massa e indivíduo, é o conceito mais importante da história e, por assim dizer, a dobradiça sobre a qual executa seus movimentos.” (3: 147)

Cada geração é determinada por uma data central e constituída por uma “zona de datas” de quinze anos, sendo sete anos antes e sete depois do ano decisivo. Um homem pertence a uma geração que é comum a todos os que nasceram dentro dessa zona de datas. Entre os contemporâneos, ou seja, os que vivem no mesmo tempo, Ortega distingue os coetâneos, que são os que têm a mesma idade, isto é, pertencem à mesma geração. As gerações decisivas são aquelas em que se registra variação histó-

rica maior que a de ordinário, e determinam a articulação das épocas históricas.

Em cada momento histórico-social convivem diversas gerações. Até os quinze anos o indivíduo está numa fase puramente assimilatória e passiva; nos quinze anos subseqüentes, até os trinta, está se preparando para entrar na vigência social, para assumir os postos que lhe garantam uma participação no comando da sociedade. As duas gerações seguintes, dos trinta aos quarenta e cinco e dos quarenta e cinco aos sessenta, são as vigentes, as que ocupam presentemente o mando social. As gerações posteriores aos sessenta, devido ao desgaste físico e a morte, são as gerações que se afastam da vida pública atuante para a vilegiatura e a morte. Naturalmente, a regra comporta exceções e a história nos oferece diversos exemplos de líderes prematuros, vetustos e até de permanência prolongada no mando. De uma forma geral, o método histórico das gerações tem correspondido à estrutura da vida humana em diferentes épocas históricas.

A propósito do método histórico das gerações é interessante anotar o excelente trabalho de A. L. Machado Neto "Estrutura Social da República das Letras (Sociologia da Vida Intelectual Brasileira - 1870-1930), publicado pela Grijalbo/USP, em 1973, no qual o saudoso intelectual baiano faz a aplicação da teoria no estudo de um significativo período da vida intelectual brasileira.

Ortega emprega o termo história em dois sentidos precisos: como processo histórico e como conhecimento deste processo. Em "A filosofia da história de Hegel e a historiologia" (1928), afirma que para que a história seja o que deve ser, é preciso acrescentar e preferir às técnicas inferiores com que até agora o historiador pesquisa os dados, outra técnica de caráter incomparavelmente superior: "a ontologia da realidade histórica o estudo a priori de sua estrutura essencial."

A análise das obras históricas revelou para Gasset uma acentuada insuficiência, apontando um desnível entre a produção historiográfica e o estudo de outras ciências. Os livros de História não apresentavam o mesmo rigor científico encontrado em obras de Física, Química e Biologia, "sobre um aparente rigor de métodos no que não importa, seu pensamento é impreciso e caprichoso em todo o essencial." (4: 523)

A penetrante análise epistemológica efetuada por Ortega sobre a História levou-o a considerar que "os grandes progressos da ciência histórica nos últimos cinquenta anos foram devidos, não aos filósofos e historiadores "sensu stricto", mas aos etnólogos, arqueólogos e economistas." Os historiadores preocupavam-se mais em manusear arquivos, limitavam-se mais com o simples registro de dados, relegando a segundo plano a elaboração intelectual, a construção teórica. Para sanar esta falha deveriam preocupar-se mais com o estudo da referida estrutura essencial, da

ontologia da realidade histórica. Esta construção prévia daria uma nova dimensão à ciência histórica, pois sem ela os fatos isolados carecem de sentido.

O saber histórico, no seu entender, era fundamental, a primeira condição mesma, para o saneamento e ressurgimento da Europa. Somente a História pode proporcionar as complicadas soluções para os problemas europeus. Por ser a História a ciência sistemática da realidade radical, que é minha vida, através dela procuramos compreender as variações que sobrevêm no espírito humano. Considerava inseparáveis a reflexão sobre a história como realidade a ser conhecida e a reflexão sobre o conhecimento dessa realidade; a reflexão sobre a história como processo vivente das sociedades humanas, da humanidade, e a reflexão sobre a historiologia.

A especificidade do conhecimento histórico foi bem situada pelo filósofo espanhol. Manejando com rara habilidade os elementos epistemológicos, mostrou que toda ciência da realidade, dentre elas a História, é integrada por quatro elementos: a) um núcleo "a priori", a analítica do gênero de realidade, aquilo que Aristóteles intitulava "quiditas" (a matéria para a Física, o "histórico" para a História; b) um sistema de hipóteses que une esse núcleo "a priori" com os fatos observáveis; c) um campo de induções dirigidos à hipótese e, d) uma vasta periferia, rigorosamente empírica dos puros dados ou fatos. (4: 530)

O grau de intervenção destes elementos na ciência depende da sua fisiologia particular que, por sua vez, se relaciona à textura ontológica que cada forma geral da realidade possua. Assim, preocupou-se em apontar a diferença entre a História e a Física, revelando claramente sua posição culturalista. "A história vive e progride graças a uma aguda antinomia. A história não é como a física, um ensaio para explicar fenômenos materiais que por si mesmo carecem de sentido: o movimento dos corpos, a luz, o som etc. Em vez de explicar, a história trata de entender. Só se entende o que tem sentido. O fato humano é precisamente o fenômeno cósmico que tem sentido." (2:310) A História não é manipulação, mas descobrimento de realidades e por isso tem que partir da realidade mesma e manter-se em contato permanente com ela, em atos de compreensão e não simplesmente em operações mecânicas que substituem aquela. (4:532)

O termo historiologia em substituição à historiografia constitui uma novidade proposta por Ortega para precisar a sua contribuição. Partindo da idéia de que a vida é sistema, considerou a história como sistema, o que resultou na possibilidade ontológica da ciência histórica como historiologia, através da analítica da vida histórica, que é a metahistória." A historiologia não é, portanto, uma reflexão metodológica sobre a "historia rerum gestarum" ou historiografia, mas uma análise imediata da "res gesta", da realidade histórica. Qual é a textura ontológica desta? De que ingredientes radicais se compõem? Quais são suas dimensões primárias? (4: 539)

A invejável cultura de Ortega y Gasset e o seu permanente espírito crítico permitiram que debruçasse sua atenção sobre as diversas tendências e filosofias. Autores como Toynbee, Splenger, Huizinga, Rostovtzeff, Max Weber e Karl Marx mereceram interessantes análises da sua parte. Em relação à interpretação econômica da história deste último autor, considerava-a uma das mais estimáveis teorias do século XIX. Embora a visse como um grande erro por fazer do ingrediente econômico a única realidade histórica, desprezando a superestrutura política, jurídica, artística, devido a ela a História passou não só a narrar o acontecido, mas a aspirar a reconstruir o mecanismo gerador dos acontecimentos. O exagero em dar primazia ao fator econômico contribuiu no sentido de despertar a atenção para os dados econômicos das diferentes épocas. Em "A interpretação bélica da história" (1927) afirmou que a idéia de Marx, pelo menos, a grosso modo, era verdadeira para o século XIX e parte dos próximos anteriores, pois o homem moderno vinha progressivamente convertendo-se em "homo aeconomicus". A interpretação econômica da história esclarece satisfatoriamente a realidade da nossa época, mas ela não tem a mesma eficácia se aplicada a outras. É que não se pode chegar a uma suficiente compreensão do processo histórico "se antes não se investiga e mede o influxo de cada atividade humana sobre o resto da vida." A pretensão de aplicar a tese de que a história tem sido governada em todas as épocas pelos meios de produção e pela luta de classes é repelida, pois a estrutura latente e substantiva da sociedade muda de uma época para outra, sendo incabível a idéia de descobrir um único princípio invariável que seja o diretor das mudanças humanas. (1: 527)

O mestre do raciovitalismo julgava igualmente equivocadas as concepções individualista e coletivista da história, apresentadas como contrapostas. Para ele, os heróis e as massas são uma dualidade essencial do processo histórico e em todos os estádios da evolução da humanidade os dois se interagem. Os homens mais enérgicos, independente da forma da sua energia, operam sobre as massas dando-lhes uma configuração determinada. Este processo implica certa comunidade básica entre os indivíduos superiores e a multidão vulgar, pois um indivíduo totalmente heterogêneo à massa não produziria qualquer efeito em relação à ela.

A contribuição orteguiana no campo da História é notável e não seria possível apresentá-la em sua totalidade nos limites de um simples artigo. No entanto, acreditamos que fornecemos as linhas gerais do seu pensamento sobre a matéria histórica. Embora filósofo por formação e profissão, Gasset promoveu uma crítica radical da ciência histórica, descorrinando-lhe novos horizontes e possibilitando a superação de diversos entraves epistemológicos que dificultavam o seu desenvolvimento. O historiador vivia imerso num dilema entre fazer história ou fazer ciência e acabou optando pela primeira via, deixando para o segundo plano a

preocupação científica. Com isso a História ficou limitada à descrição de fatos singulares, com base na pesquisa documental.

A síntese efetuada por Ortega orientou-se no sentido de encontrar na história a sua própria e natural razão — a razão vital ou razão histórica. Mostrou que as variações históricas não procedem nunca de causas externas ao organismo humano. A História é razão histórica, portanto, um esforço e um instrumento para superar a variabilidade da matéria histórica. A razão histórica é o órgão mental que permite elevar-se do conhecimento de fatos históricos em função de uma determinada cultura, a uma apreciação absoluta desses mesmos fatos. Mediante a razão histórica é possível ao homem passar do plano da história ao da História, com letra maiúscula.

BIBLIOGRAFIA

A bibliografia básica utilizada foi a edição das Obras Completas de José Ortega y Gasset, publicada pela Alianza Editorial/Revista de Occidente, em 1983, num total de 12 volumes.

Para facilitar a citação, indicamos abaixo os textos utilizados. A referência será feita através do número do texto, seguido pelo da página.

1. "La interpretación bélica de la Historia", tomo II;
2. "Las Atlántidas", tomo III;
3. "El tema de nuestro tiempo", tomo III;
4. "La filosofía de la Historia de Hegel y la historiología", tomo IV;
5. "Meditación de la técnica", tomo V;
6. "Historia como sistema", tomo VI.

preocupação científica. Com isso a História ficou limitada à descrição de fatos singulares, com base na pesquisa documental.

A síntese efetuada por Ortega orientou-se no sentido de encontrar na história a sua própria e natural razão — a razão vital ou razão histórica. Mostrou que as variações históricas não procedem nunca de causas externas ao organismo humano. A História é razão histórica, portanto, um esforço e um instrumento para superar a variabilidade da matéria histórica. A razão histórica é o órgão mental que permite elevar-se do conhecimento de fatos históricos em função de uma determinada cultura, a uma apreciação absoluta desses mesmos fatos. Mediante a razão histórica é possível ao homem passar do plano da história ao da História, com letra maiúscula.

BIBLIOGRAFIA

A bibliografia básica utilizada foi a edição das Obras Completas de José Ortega y Gasset, publicada pela Alianza Editorial/Revista de Occidente, em 1983, num total de 12 volumes.

Para facilitar a citação, indicamos abaixo os textos utilizados. A referência será feita através do número do texto, seguido pelo da página.

1. "La interpretación bélica de la Historia", tomo II;
2. "Las Atlántidas", tomo III;
3. "El tema de nuestro tiempo", tomo III;
4. "La filosofía de la Historia de Hegel y la historiología", tomo IV;
5. "Meditación de la técnica", tomo V;
6. "Historia como sistema", tomo VI.

JOSÉ BONIFÁCIO E A INDEPENDÊNCIA

Pedro Ferraz do Amaral

A Semana da Pátria foi instituída para provocar em nós uma atitude de meditação e avaliação das lições do passado. Recuemos, pois, nossa atenção para os idos do primeiro século. O Brasil, uma só floresta cortada por caudalosos rios. Índios em comunhão com as feras, vagando por toda a extensão territorial, sem conhecer os limites que o homem branco veio a estabelecer. Apenas se detinham em face das correntes líquidas intransponíveis. Cá nas bandas do Sul, o Rio da Prata consideravam-no o fim de suas posses. Tanto essa idéia correspondia á realidade, que o próprio governo de Lisboa julgou que até lá deveria ampliar-se seu direito de posse. O Marquês de Pombal alimentava essa pretensão, claramente denunciada nas famosas instruções com que o benemérito Morgado de Mateus mandou restaurar a capitania de São Paulo, em 1760. Já o malogrado inconfidente Alvarenga Peixoto, em poema dedicado á Rainha Dona Maria I, foi além, ao pôr em versos seu sonho imperialista: transformar toda a vasta extensão desvendada por Colombo, Vespuccio e Cabral, num só imenso Império Português, abarcando todas as colônias espanholas, entre as quais se incluíam Cuba e as Antilhas.

A necessidade de defesa da posse do território ocupado — e possuído como próprio — teve o condão de unificar brancos e índios na expulsão dos adventícios que tentaram instalar-se em vários pontos da costa atlântica. O resultado foi o fortalecimento do senso de cooperação social e dos anseios de auto-determinação da gente branca, aliás, já substanciada em instituições políticas e jurídicas básicas que a convivência exigia.

A divisão do descoberto de Cabral em capitánias hereditárias, administradas ao talante dos donatários, agindo cada qual segundo sua cabeça, quando agiam (porque muitos se ficaram na Metrópole) essa divisão já infundira nos governados a idéia de que tinham governo próprio. A instituição do governo geral visou cercear os pruridos desta ou daquela capitania, quando não de grupos de capitánias, solidárias na conquista da autonomia regional. O padre Manoel da Nóbrega já dissera que a missão ou empresa dos colonizadores era “forjar aqui uma nação coesa e grande”.

Não esqueceremos que as bandeiras, sendo populações em marcha, levavam consigo os germes de uma organização social que se mani-

festava nos momentos de crise, por intermédio do chefe, a acumular atribuições de administrador, juiz, ecônomo, autoridade única e incontrastada. E quando a bandeira assentava arraial, essas funções se repartiam entre os maiores da grei, em eleições diretas, como em São Paulo, expressando a vontade coletiva. Minas Gerais, Goiás, Mato Grosso ostentam em seu mapa dezenas de nomes de cidades criadas pelos paulistas na conformidade desse esquema. Os tristes lances da Inconfidência Mineira e de outras insurreições ocorridas pelo interior do País comprovam eloqüentemente o ansêio coletivo da independência política.

Em Lisboa não eram desconhecidos esses fatos, mas, tendo em vista apenas a imensidade do Reino do Brasil, chegaram alguns mentores da política lusitana a planejar nada menos que o retalhamento das terras cabralinas numa porção de republiquetas, o que seria satisfazer interesses regionais, em prejuízo dos acalentados sonhos de independência nacional.

Não prevaleceu, porém, esse ardiloso programa. A independência tornou-se realidade e o Brasil pode apresentar-se perante o mundo como um todo — feito que devemos a uma figura que aos paulistas nos é muito grata. José Bonifácio de Andrada e Silva. Vulto singular de líder, ele contralizou todos os esforços que vinham sendo atabalhoadamente dispendidos, conduzindo-os aos gestos decisivos e do insigne acontecimento. Sem ele, não teriam ocorrido os fatos que a sete de Setembro culminaram no episódio ás margens do Ipiranga.

Sábio, no verdadeiro e exato sentido da palavra, tido nas assembléias científicas do mundo como uma das mais altas expressões da cultura do tempo, tendo vivido anos e anos no convívio de conspícuos homens de ciência, a José Bonifácio nunca se lhe desarraigaram do pensamento os problemas de sua terra. As lições aprendidas na Europa trasladou-as para as condições imperantes nesta parte do Continente Americano, o que permitiu ao Brasil tornar-se uma nação.

Certos historiadores, nem sempre a evocar com justo critério os acontecimentos, tentam de vez em quando apeiar o Andrada do galarim a que foi alçado. Para alguns, o papel principal no feito da independência teria sido o do próprio Príncipe Regente e dos que lhe viviam em derredor. José Bonifácio teria chegado ao Rio de Janeiro numa hora em que se acentuavam os clamores públicos pela separação, mas — dizem — seriam clamores dispersos, em verdadeiro caos, aos quais ele teria tão somente encaminhado. E julgando pequena esta contribuição, generosamente lhe concedem o secundário lugar na classificação dos participantes do movimento.

Admira haja alguém esposado tal interpretação tão ao arrepio da documentação existente. Ora, vejamos, apenas para argumentar. Dando de barato que assim tivesse acontecido, o certo é que José Bonifácio representava a mais importante das populações do País: o povo paulista, aquele

povo indomável que, sem ter dado contas a ninguém, alargara os domínios de Portugal na América e agora pugnava ardorosamente pela integridade nacional, independente das autoridades de Lisboa. Pela boca do Andrada, falava São Paulo — e era uma força viva, tangida pela consciência cívica que gerára em São Vicente, no primeiro século, a célula mater da nacionalidade. São Paulo já era a locomotiva ... “Non ducor, duco”.

Político sagaz, diante daquele mar revolto, José Bonifácio advertiu logo que era preciso adunar tais anseios num só feixe, que abrisse caminho no rumo a que todos aspiravam. Com o seu prestígio pessoal, com o carisma de sua personalidade, com a habilidade política que vira exercida nos governos da Europa, conseguiu faze-las uma só catadupa, a arrebatrar o Príncipe Regente, posto na dolorosa contingência de se divorciar do Rei e dos amigos de Portugal para ficar com o Brasil. Quer-se maior serviço que esse? Ele se impunha ao Príncipe, impondo a predominância da inteligência e da operosidade, apanágios da gente de São Paulo.

Assim, a Independência não foi um fato isolado, um episódio fortuito, ensejado por circunstância momentâneas; mas a culminância da lenta evolução de um sonho. Já o povo se conscientizara de que não mais poderia continuar atrelado no Reino de Portugal, que não reconhecia a seu parceiro, o Reino do Brasil, o direito de opinar, mas lhe atribuía a obrigação de obedecer cegamente. E um povo consciente de sua personalidade não se subordina: desata os grilhões, ergue a cabeça e segue avante.

REGISTRO BIBLIOGRÁFICO

Franco, J. Nascimento – Ainda a sombra de Júlio Frank... São Paulo, Parma, s. d. 16p.

Encerra esta “plaquette” valiosa contribuição ao esclarecimento de algumas dúvidas que pairavam sobre a controvertida figura de Júlio Frank, que viveu em São Paulo na primeira metade do século passado e do qual já se ocuparam, entre outros, Afonso Schmidt, Gustavo Barroso, Guilherme Auer, F. Sommer e Brasil Bandecchi. O autor, baseado em documentação derivada do “Registro de Estrangeiros”, esclarece em definitivo uma das maiores dúvidas em torno de Júlio Frank: o ano de sua chegada ao Brasil, demonstrado agora ter sido em 1831 e não em 1821, conforme afirmou Gustavo Barroso. ONM (Cortesia do autor).

Freitas, Benedicto – Santa Cruz: Fazenda Jesuítica, Real, Imperial. Rio de Janeiro, 1985. 3 vols.

Da importância e do interesse histórico de Santa Cruz, no Rio de Janeiro, já nos ocupamos em nosso número anterior, ao registrar a fundação e as atividades do Núcleo de Orientação e Pesquisa Histórica, com o objetivo precípua de preservar a memória da velha localidade. Ao Professor Sinvaldo do Nascimento Souza, fundador e dedicado animador do Núcleo, devemos o conhecimento da valiosa obra que aqui se registra. O propósito do autor foi o de “descrever fases marcantes de uma localidade que possui uma história rica de feitos e de tradições”. Revela-nos a história de Santa Cruz desde as origens da fazenda jesuítica, até o fim do período imperial. Utilizando fontes seguras, de diversos arquivos e bibliotecas, teve o autor condições de elaborar uma crônica do cotidiano da importante localidade. Sua obra não aparece somente como um trabalho circunstancial, diz o Professor Sinvaldo. Ao contrário, “encerra no seu bojo as características de uma peça essencial para o funcionamento – diríamos também o conhecimento – de todo o conjunto. Ela satisfaz à curiosidade dos leitores menos exigentes, apenas interessados em melhor conhecerem sua terra natal, como também aos

estudiosos mais eruditos, dada a seriedade com que seu autor trabalhou as fontes primárias, documentais e bibliográficas”.

Guimarães, Silvana Goulart/Teles, Regina Mara – Inventário do Arquivo Júlio Prestes de Albuquerque. São Paulo, Divisão do Arquivo do Estado, 1987. 130 p.

O presente volume dá continuidade a uma programação voltada para o tratamento de documentos que, embora de origem particular, alcançam significado público relevante. Incorporada ao acervo do Arquivo do Estado graças ao empenho de seus familiares, a documentação integra o projeto “Titulares do Governo”, com o qual se pretende reunir os arquivos dos homens públicos ligados à vida política e administrativa do Estado. O instrumento de pesquisa que ora se publica põe à disposição dos interessados, as fontes para o conhecimento de importante período de nossa história republicana. (Cortesia do Arquivo do Estado de São Paulo).

Interiorização do desenvolvimento econômico no Estado de São Paulo, 1920-1980. São Paulo, Seade, 1988. 160 p.

Apresentando a nova coleção “Economia Paulista”, na qual se insere o presente volume, escreveu Márcio Percival Alves Pinto, diretor executivo da Fundação Seade: “O ritmo, a abrangência e a profundidade do processo de desenvolvimento do Estado de São Paulo criaram um quadro complexo e de grande peso no cenário sócio-econômico nacional. A vasta gama de determinações que historicamente conformou a situação atual encontra-se ainda pouco desvendada. Fragilizam-se, por decorrência, qualquer análise prospectiva e a margem de segurança na tomada de decisões por parte dos diversos agentes econômicos, públicos ou privados. Especial interesse vem sendo despertado pelas características dos processos de transformação ocorridos no chamado interior paulista, no que diz respeito à sua caracterização específica, mas também quanto às suas relações como Região Metropolitana e com o restante do país. A coleção procurará trazer a público novos elementos, que permitirão conhecer melhor as questões apontadas. E o faz divulgando trabalhos ligados ao tema, cuidadosamente selecionados em meio à rica produção dos principais centros universitários e institutos de pesquisa paulistas”. Este primeiro volume divulga duas pesquisas de alto interesse: “O processo de interiorização do desenvolvimento e da urbanização no Estado de São Paulo,

1920-1980”, por Barjas Negri, Maria Flora Gonçalves e Wilson Cano; e “Subsídios para a reformulação das políticas de descentralização industrial e de urbanização no Estado de São Paulo”, por Wilson Cano. O alto nível com que tais trabalhos vêm sendo realizados aliado à competência dos pesquisadores, só nos faz esperar por grandes trabalhos que venham a enriquecer sobremaneira a história econômica de São Paulo. Trata-se de publicação realizada em convênio com o Instituto de Economia da UNICAMP.

Jardim, Márcio – Síntese factual da Inconfidência Mineira. Belo Horizonté, Instituto Cultural Codescer, 1988. 435 p.

Algum leitor poderá imaginar que o assunto esteja esgotado, que já se escreveu tudo sobre a Inconfidência Mineira. Engano. Grande engano. Acaba de aparecer o volumoso livro de Márcio Jardim, trabalho original e notável, em que, pela primeira vez, o episódio é narrado sem paixão, com absoluta fidelidade e com base nas fontes originais. Em 1978, o bibliógrafo Hélio Gravata havia registrado 767 publicações sobre o assunto. Dessas, podemos afirmar, com segurança e conhecimento de causa, que 90% têm por base fontes secundárias e absolutamente inseguras. São trabalhos puramente repetitivos. Aliás, não é apenas o episódio da Inconfidência Mineira, mas toda a História de Minas e do Brasil está repleta de fantasias e deturpações. Talvez seja o Brasil o único país do mundo em que escritores, uns por motivos regionalistas, outros por razões ideológicas, têm procurado deformar a figura do protomártir da Independência. A fonte primária da história do movimento está contida nos **Autos de Devassa**. Mas existem sérias dificuldades a enfrentar. A primeira acredito ser a paciência, não só, mas também o tempo para ler todos os vários volumes dos autos. Muitos têm preferido anotar o que outros já escreveram. A segunda dificuldade, provavelmente maior que a primeira, está em saber distinguir nos depoimentos, nas acareações de testemunhas e réus apavorados, as informações confirmadas por outras fontes e, portanto, merecedoras de fé, e aquelas informações que resultaram do ambiente de pavor implantado, assim como de insinuações com promessas de perdão. Nesse pormenor reside o maior obstáculo para um trabalho sensato, sobre o episódio. E Márcio Jardim conseguiu, com criteriosa pesquisa, distinguir os dados verídicos dos falsos e mentirosos. Indiscutivelmente há um excesso de mentiras, que devem ser expurgadas. Neste ano de 1988, em 26 de dezembro, transcorre o bicentenário do movimento. Alguém poderá supor que a efeméride ocorra em 1989. Não, o que se verificou em 1789 foi a punição,

foram as prisões, foi a abertura dos dois processos ou duas devassas, a do Rio e a de Minas. Mas a reunião oficial dos conspiradores mineiros, na chácara do Tenente-Coronel Francisco de Paula, deu-se em 26 de dezembro de 1788. O biceptenário, pois, ocorre este ano. Trata-se de efeméride de suma importância para Minas e para o Brasil. O presente livro aparece, pois, em hora muito oportuna, neste ano do bicentenário. (Nota de Waldemar de Almeida Barbosa, do Inst. Hist. e Geogr. de Minas Gerais, publicada primeiramente em “Diário da Tarde”, de Belo Horizonte, de 26-5-1988, e transcrita com a devida vênua do autor).

Nunes, Raimundo – Pedro Nava: memória. São Paulo, Editora Ateniense, 1987. 445 p.

Uma memória sobre um autor de memórias é, de início, livro que há de interessar a qualquer leitor, ainda que não seja “enfronhado” nas memórias do saudoso carioca de Minas Gerais. Algumas frases pinçadas logo no início do livro nos dá bem a dimensão e o significado do trabalho a que se abalçou o dr. Raimundo Nunes, médico e escritor, tal como seu biografado: “As obras completas de Pedro Nava, publicadas no pico de sua maturação cultural, constituem um exemplo de conteúdo evocativo no painel de memórias, sempre arrimadas em teor histórico. Ora na história convencional, datada, documentada, ora nos lances da história vivida que, muitas vezes, não inserida nos compêndios, registra fatos, episódios, acontecimentos transcendentais na avaliação vivencial de um povo. E o Nava, por si só, já era um tratado de historiografia nacional.” E mais estas: “Os relatos evocativos do Pedro Nava quase sempre se acompanham do traço documentário identificando o roteiro histórico. Assumem, não raro, uma direção cronológica dos acontecimentos. Nem sempre se caracterizam num acompanhamento linear dos fatos. O que seria inteiramente impossível, para quem sabe condensar nas reminiscências a trilogia centralizadora da obra: memória, história e ficção”. Em **Baú de ossos**, certamente por ser o primeiro volume, no qual ele julgou mais acertados falar dos outros do que dele próprio, há uma presença constante da história, especialmente na evocação dos seus antepassados e na evocação de fatos que ele presenciou. Por exemplo, é nesse primeiro volume de sua memorialística que se pode encontrar o melhor relato sobre a famosa “Padaria Espiritual”, que existiu no Ceará em fins do século passado, ou os dados mais corretos e amplos sobre a figura curiosa e simpática do Engenheiro Halfeld, o fundador de Juiz de Fora. Ou ainda, a mais feliz evocação, que me foi dado ler, do significado da

chamada “belle époque”. Nestes exemplos citados, há vivência de Pedro Nava, ou pelos seus antepassados (especialmente seu tio Antônio Sales) ou pela sua própria participação. E ele faz tanto a história convencional, datada e documentada, como a outra “não inserida nos compêndios”, mas igualmente valiosa. Quís, ao ler **Baú de ossos**, anotar, ou melhor grifar a lápis as frases que nele mais me chamaram a atenção e que poderiam constituir motivos a que sobre elas posteriormente escrevesse e, quando dei pela coisa, tinha praticamente grifado o livro todo... Quando se pensa que esse homem extraordinário deixou incompletas as suas memórias, com um vazio de mais de meio século, pois seu último volume pára em 1932, é que se sente a dureza, a crueldade da “nesga de pensamento” que resumiu a tragédia da rua da Glória: “A mão que escreveu outras apagou sua própria história”. (Cortesia do autor).

Reis, Paulo Pereira dos – Lorena nos séculos XVII e XVIII. São Paulo, Centro Educacional Objetivo/Caçapava, Fundação Nacional do Tropeirismo, 1988. 301 p.

A publicação do presente livro tem uma importância que precisa ser ressaltada. Paulo Pereira dos Reis é um pesquisador sério e de grande valor, formando com José Geraldo Evangelista uma dupla de historiadores do maior respeito; este último já nos deu **Lorena no século XIX**, incluída na coleção “Paulística”, da Secretaria de Cultura do Estado. Paulo Pereira dos Reis demorou-se um pouco mais na conclusão do seu trabalho, não só pela dificuldade da investigação em que se empenhou, como pelo fato de ter despertada uma enorme curiosidade pelo índio, que motivou a publicação de **O indígena no Vale do Paraíba**. O lançamento de agora completa o ciclo da revisão da história de Lorena. Mas não é só a história local que se restabelece com contorno científico nesta obra: ela alcança a história de uma imensa região, hoje conhecida como “o fundo do Vale”, incursionando pelo território fluminense até Barra do Pirai. É uma autêntica história regional, devassando a origem e a formação de núcleos urbanos de capital importância para a história do Brasil. (Da apresentação de autoria do Prof. Nelson Pesciotta). Acrescente-se que o volume traz prefácio do saudoso Brasil Bandecchi, que, infelizmente não teve o privilégio e o prazer de vê-lo publicado. Salientou Bandecchi o quanto o livro de Paulo Pereira dos Reis é “rico de informações, em dados e análises, com fundamento na melhor documentação, oferecendo-nos o quadro histórico de Lorena no contexto regional para terminar com um capítulo de assunto inteiramente inédito, enfocando a questão de divisas entre São Paulo e Rio de Janeiro”. (Cortesia do autor)

Souza, Sara Regina Silveira de — *A D. Pedro I Railway: Sebastião Antônio Rodrigues Braga e a ferrovia Desterro-Rio Grande*. São Paulo, Scortecci, 1987. 98 p.

Explica a autora que o presente trabalho “visa explorar alguns dados relativos ao projeto de construção de uma ferrovia que ligaria a cidade de Nossa Senhora do Desterro (atual Florianópolis) à capital da Província do Rio Grande do Sul”. Projetada pelo engenheiro Sebastião Antônio Rodrigues Braga e jamais construída, ainda hoje é pouco citada na historiografia catarinense e praticamente ignorada na história ferroviária brasileira. Suas fontes principais foram jornais da velha Desterro, bem como relatórios e correspondências oficiais da época e seu estudo, segundo ainda informa a autora, está ligado a um projeto mais vasto que pretende abordar vários aspectos históricos da construção de ferrovias em Santa Catarina. Uma nota, não assinada, estampada em o “Diário Popular”, de São Paulo, chamou a atenção para este livro que “denuncia a ferrovia do escândalo”, expressão colocada como manchete da notícia. E nessa nota se lê que a D. Pedro I Railway “facilitaria o comércio e o transporte no sul do Brasil na época do Império e aproveitaria melhor os portos existentes na Ilha de Santa Catarina, ligando-a à província do Rio Grande”. Os planos do engenheiro Rodrigues Braga são de 1857, tendo conseguido a concessão apenas em 1870. E conclui a notícia: “O eng^o Braga lutou por mais de vinte anos pela construção da estrada de ferro contra pressões do governo do Rio Grande do Sul, o qual preferia ter seu porto e não a ferrovia. Finalmente, o Visconde de Barbacena, com seu prestígio na Corte, frustra definitivamente os planos do eng^o Braga, com o projeto para outra ferrovia, a D^a Teresa Cristina, que teria, em parte, o mesmo traçado da D. Pedro I.” Diversos importantes documentos anexados ao livro esclarecem e fundamentam seu conteúdo. ONM (Cortesia da autora):

Tavares, Luiz Henrique Dias — *Comércio proibido de escravos*. São Paulo, Atica, 1988.

Uma das melhores contribuições ao conhecimento do problema da escravidão neste ano comemorativo, este belo livro também podia ser intitulado de história de uma grande hipocrisia. De nada valeram o tratado de 1826 com a Inglaterra, nem a lei antitráfico de 1831, nem o regulamento de 1832. O Brasil teria comprado entre 500 e 600 mil escravos, entre 1831 e 1856, em plena fase da proibição. O historiador baiano mostra como foram burlados compromissos

solenes, não raro com a cumplicidade manifesta daqueles que deveriam velar por sua execução. Isso enriquece a crônica brasileira das “leis que não pegam”, mas revela também as sinuosidades da política internacional, o valor relativo dos tratados e declarações de princípio, quando estão em jogo grandes interesses. Documentos esclarecedores e verazes nos mostram o comportamento não apenas ambíguo, mas claramente comprometido, de potências como a Inglaterra, a França, os Estados Unidos. Na década de 1850, Nova York é considerada como o centro do comércio negreiro; e das colônias inglesas e francesas partem navios repletos da carga ominosa. Por que os fatos são assim tão tenazes, desafiando por tanto tempo a lei e a moral? A tese de Dias Tavares é a de que o grande motor desse comércio é mesmo o capitalismo, que necessitava desse ingrediente em sua fase de ascensão. Mostra o autor como se deu o conluio entre necessidades de funcionamento do sistema ao nível mundial e de interesses internos ao país, como a manutenção de um produção agrícola com baixo teor tecnológico. É assim que as grandes casas compradoras e vendedoras de escravos trabalham em plena luz do dia e até mesmo funciona um sistema de seguros que se mostrava frequentemente eficaz. Para tratar com rigor esse tema, o autor foi se documentar em fontes primárias nos arquivos europeus, sobretudo na Inglaterra e em Portugal, mas também no Brasil; e compulsou uma vasta bibliografia. Através dos seus cinco capítulos, redigidos com grande mestria, o relato entrelaça a história, a economia e a geografia do mísero comércio, cuja fotografia de corpo inteiro é assim apresentada. (Nota do Prof. Milton Santos, *Folha de São Paulo*, 24-7-88). (Cortesia da Editora).

Tibiricá, Everardo — Vôo sem asas: ensaios literários. São Paulo, Editora Nacional, 1987. 166 p.

Reunindo numerosos ensaios literários publicados originalmente na imprensa diária de São Paulo e de outras cidades, compôs o autor o belo volume que aqui se registra, em que cuida, com erudição e humanidade de numerosos escritores — poetas e prosadores — de nossa terra: entre outros, Guilherme de Almeida, Ricardo Gonçalves, Rodrigues de Abreu, Manuel Carlos, Alceu Wamosy, Mário Quintana, Humberto de Campos, Manuel Bandeira, Euclides da Cunha, João Ribeiro, Antônio Torres, Brito Broca, Melo Nóbrega e Érico Veríssimo, aos quais dedicou páginas expressivas e não raro esclarecedoras de fatos ou circunstâncias relativas aos autores evocados. De maior interesse histórico, os capítulos sobre a Vila Kyrial (transcrito, com a devida autorização do autor, em o nº 130

de nossa revista) e sobre a autoria de **O Esqueleto**. Nota-se na maioria de suas páginas, a vivência do autor, que conviveu com grande parte das figuras de sua rica galeria. De Everardo Tibiriçá, escreveu a jornalista Beth Siquera: “De estilo riquíssimo, vigoroso, repleto de saborosas ironias e demonstrando perfeito domínio da língua, soube o autor ser erudito e agradável ao mesmo tempo”. Excelente contribuição – acrescentamos nós – ao conhecimento da vida cultural de nosso País. ONM (Cortesia de Beth Siquera).

*

PERIÓDICOS

Arquivo: boletim histórico e informativo, vol. 7, nºs 1 a 4. Publ. da Divisão do Arquivo do Estado de São Paulo, 1986. **Conteúdo:** Problemas da historiografia colonial (Suely Robles Reis de Queiroz); A família do Engenho no Oeste Paulista (Carlos de Almeida Prado Bacellar); Arquivos: política, administração e cultura (Vivane Tessitore); Relatórios de estradas de ferro (Regina Maria Teles e Suely Campos Cardoso); A indústria de sacaria: controle conflito (Maria Izilda Matos); A preservação de periódicos em São Paulo, através da microfilmagem (Aparecida Sales Linares); História, cultura e trabalho: VIII Encontro de História de São Paulo (Viviane Tessitore); O mercado de trabalho do arquivista e do historiador (Marlene Suano); Operacionalidade do Arquivo intermediário do Estado (Odair Rodrigues); Tradição e modernidade na toponímia (Maria Vicentina Amaral Dick); A propósito da família paulista de elite (Ana Sílvia Volpi Scott); Documentos; notas bibliográficas. Contatos: R. Antonia de Queiroz, 183, São Paulo 01307.

Boletim do Arquivo de História Contemporânea, v. 2, nºs 3/4; v. 3, nºs 1/4. Publ. do Arq. de Hist. Contemp. da Univ. Federal de São Carlos, SP. **Conteúdo:** v. 2 – Projeto para a criação e instalação do Arquivo Público Municipal de Bariri SP (Vanda Garcia de Freitas e Dirceu Mazzotti); Abordagens para o arranjo e descrição do Arquivo da Prefeitura Municipal de São Carlos (Maria Teresa Gomes Bronhara e José S. G. Vecchia). Vol. 3: Administração de arquivos: relato de uma experiência (José Cláudio Barriguelli e Maria Cristina P. Innocentini Hayashi); São Carlos está documentando suas edificações históricas (Maria Angela Pereira Bortolucci). Contatos: C. P. 676. São Carlos SP 13560.

Boletim do Instituto Histórico, Geográfico e Etnográfico Paranaense, vol. 45, Curitiba, 1987. **Conteúdo:** O ensino de Engenharia na Universidade do Paraná (Luiz Carlos Pereira Tourinho); O ensino da Cirurgia na Universidade Federal do Paraná (Iseu Affonso da Costa); Faculdade de Medicina do Paraná (Lauro Grein Filho); Pelourinhos do Paraná (Vasco da Costa Salema); Considerações sobre o uso e a propriedade da terra em Curitiba (Odah Regina Guimarães Costa); Economia e escravidão no Paraná (Márcia Elisa de Campos Graf); Causo pungente (Oney Barbosa Borba); Arqueologia: o pote do bugre (Fidelis

Bueno); Cem anos de estradas de ferro no Paraná (Mário Marcondes de Albuquerque); Resenha bibliográfica. (cortesia do IHGEP).

Cadernos CERU. Série II, nº 2. São Paulo, Centro de Estudos Rurais e Urbanos (USP). **Conteúdo:** O desafio da interdisciplinaridade: o cientista social e a investigação epidemiológica (Paulette Goldenberg); Ciências Sociais em saúde no Brasil (Everardo Duarte Nunes); Considerações sobre a interdisciplinaridade na pesquisa (André Laino); Sociologia na Antártica (Lúcia Regina Marcondes D'Elia); Pequena propriedade na agricultura do Estado de São Paulo: camponeses ou empresa capitalista? (Maria Helena Rocha Antuniassi); Educação rural e modernização no campo (Iraíde Marques de Freitas); Fome de braços: notas sobre o trabalho livre no Nordeste do século XIX (Sylvia Porto Alegre); A primeira Constituição Republicana de 1891 e a reforma constitucional de 1926 (Alice Beatriz da Silva Gordo Lang); Experiência interdisciplinar (Cláudia Pereira Viana e Dirce Spedo Rodrigues); A família na socialização pela pobreza: um confronto entre campo e cidade no Nordeste (Dieter Brühl); Ascensão das fazendas de café na Colômbia (Marcos Palácios); Resenhas bibliográficas; Noticiário. Contatos: Caixa postal 8105, São Paulo.

Cadernos do Arquivo de História Contemporânea, nº 2, agosto de 1987. Publ. do Arq. de Hist. Contemp. da Univ. Federal de São Carlos, SP. **Conteúdo:** O trabalho como primeira necessidade humana: uma concepção da história (Fani Goldfarb Figueira); La grande emigrazione dall'Italia dell'ottocento (Teresa Isenburg); Totalidade e história: categorias renegadas (Lízia Helena Nagel); A situação do operariado português face a ascensão do fascismo salazarista: décadas de 20 e 30 (Maria Luiza de Almeida Paschkes). Contatos: C.P. 676, São Carlos SP 13560.

Estudos Avançados, nºs 1 e 2. Publ. do Instituto de Estudos Avançados da Universidade de São Paulo, 1987/88. **Conteúdo – Nº 1:** Existe um pensamento político brasileiro? (Raymundo Faoro); L'Historiographie de la Révolution Française a la veille du bicentenaire (Michel Vovelle). **Nº 2:** A questão nacional na América Latina (Octavio Ianni); La cuestion democratica en America Latina: algunos temas y problemas (Agustin Cueva); Poemas de William Carlos Williams, em trad. de José Paulo Paes; A biologia molecular na USP (Gerhard Malnic). Contatos: Inst. de Estudos Avançados, Av. Prof. Luciano Gualberto, travessa J, nº 374, Cidade Universitária, São Paulo 05508.

Estudos Ibero-americanos. Pont. Univ. Cat. do Rio Grande do Sul, Porto Alegre. Vol. XII, nº 2 e Vol. XIII, nºs 1 e 2. 1986 e 1987. **Conteúdo:** Vol. XII, nº 2: Miguel de Unamuno: sentimiento y razon (Joaquim Clotet); Do governo autárquico à sociedade tecnocrata: as contradições do corporativismo e o crescimento da autonomia burocrática na Espanha depois da Guerra Civil (Ian M. Japlin); El tebeo, fuente para la historia Contemporanea mediante la investigación psicosociologica (Federico Revilla); Colono alemão: abandonado ou explorado? (Julietta Beatriz Desaulniers); A Revolução Espanhola de 1820: memorando sugerindo medidas que impedissem sua propagação em Portugal (Braz Augusto Aquino Brancato); Resenhas bibliográficas. **Vol. XIII, nº 1:** A pintura argentina: modernidade e tradição (Maria Lúcia Bastos Kern); Estado Novo: corporativismo e círculos operários (Astor Antônio Diehl); O conceito de simultaneidade na poética de Mário de Andrade: breve análise de "A escrava que não é Isaura" e de alguns poemas produzidos entre 1922/30 (José Augusto Avancini); Jesuítas e Índios na sociedade missioneira: uma análise crítica da historiografia (Maria Cristina dos Santos). **Vol. XIII, nº 2:** A Ilustração no

poder: Carlos III (Earle Macarthy Moreira); El modelo português y las Istruccionen de Bucarelli para las misiones de guaranies (Ernesto J. Maeder); As relações Brasil/Espanha na transição para o Estado Novo (Sandra Maria L. Brancato); O continuismo administrativo no governo municipal de Porto Alegre, 1897-1937 (Margaret M. Bakos); O Santo Officio da Inquisição no Brasil setecentista: estudo de uma denúncia (Leopoldo Collor Jobim). (Cortesia da PUC do RS).

História: questões & debates, ano 7, nº 12, junho de 1986. Associação Paranaense de História, Curitiba. **Conteúdo:** A história das empregadas domésticas: aspectos estruturais nos séculos XIX e XX (Klaus Tenfelde); O conteúdo temporal da narrativa histórica (Jersey Topolski); O Sandinismo e os desafios da Nicarágua hoje (Dinas Floriani); De sem terra a colono: trajetórias e contradições de um projeto comunitário de vida (Anamaria Aimoré Bonin, Angela Duarte Damasceno Ferreira, João Carlos Torrens e Márcia de Andrade Kersten); A organização das mulheres em Curitiba de 1952 a 1982 (Ana Paula Vosne Martins); Depoimento: reflexões sobre a história política do Paraná nos anos 50 (Wilson Martins); Notas de leitura: Noticiário; Índice do vol. 6. Contatos: Caixa postal 1538, Curitiba 80410 (Cortesia do Editor).

Letras Fluminenses, nº 71/74, junho 1988. Niterói. **Conteúdo:** O cinema, o policial e a dominação ideológica (Flávio Cândido); José Albano, poeta máximo (Rubens Falcão); Agripino Grieco (Xavier Placer); José Geraldo Bezerra de Menezes e os poetas ingleses e americanos (Geraldo Bezerra de Menezes); Carta a Françoise (Jorge Picanço Siqueira); Aníbal Matos, um exemplo de trabalho fecundo (Gilberto Emílio Chaudon); noticiário; reportagens; registro bibliográfico. Contatos: rua Belisário Augusto, 79/506, Niterói 24230.

Reflexão, nºs 36, 37, 38 e 39. Instituto de Filosofia da PUCCAMP, 1986. **Conteúdo:** nº 36 – “Dialética em questão”: Dialética, a grande mistificação (Francisco de Paula Souza); O batismo de Marx (Ivo Tonet); Notas introdutórias ao estudo da teoria marxista (Elisabete M. Marchesini de Pádua); Da Comuna de Paris à Comuna de Gdansk: ainda a questão do trabalho alienado (Elisabete M. Marchesini de Pádua); El concepto de fetichismo en el pensamiento de Marx (Enrique Dussel); A eficácia simbólica como eficácia “imaginal” dos fenômenos “numinosos”: do paradigma holográfico ao imaginário mágico-religioso (José Carlos de Paula Carvalho. Nº 37 – “A questão da Educação”: A questão da Educação e a formação do educador: aprendendo com minha própria história (Moacir Gadotti); Filosofia em Portugal e seu ensino (Francisco da Gama Caeiro); Educación y desarrollo en America Latina, desde una perspectiva humana (Eduardo Aziz Zerene Buamscha); Situação e currículo (Javier San Miguel B.); Luzes no quadro escuro (J. F. Régis de Moraes); Um poema-prosa de Hermana Kaethe Blumhofer (idem); Escola e violência (Áurea Maria Guimarães); Questões epistemológicas da pesquisa educacional (Sílvio Ancfzar Sánchez Gamboa); Pequeno estudo sobre o homem brasileiro (Maria Helena D. N. Saragioto); Irrealismo de pressupostos (Leônidas Hegenberg); Debates; Resenhas. Nº 38 – “Pensamento contemporâneo”: O “Homo Faber” e a mundanidade no pensamento político de Hannah Arendt (Newton Aquiles von Zuben); Una decada argentina y el origen de la “Filosofia de la Liberación (Enrique Dussel); Agostinho da Silva: esboço de uma cronologia (Constança Marcondes César); Três problemas culturais na ótica de Ortega y Gasset: o livro, a língua e a universidade (Verfissimo de Melo); A psicologia com base fenomenológica (Carlos V. França); O intuicionismo emocional em Max Scheler (Elza Maria Brito

Patrício); A fenomenologia das três dimensões corporais segundo Jean-Paul Sartre (Márcio Chaves Tannús); Um último suspiro do existencialismo (Oswaldo Dalberio); A construção social da realidade segundo a ótica de Thomas S. Kuhn; Acotaciones a las extravagancias de la referencia de W. Quine (Angel Muñoz Garcia); Sobre o interesse histórico e valorização atual da Cosmologia (Miguel Spinelli). Nº 39 – “Arte e Tempo”: A literatura e o dínamo (Nair Leme Fobé); O tempo e a câmara (Luiz Gonzaga Godoi Trigo); Kairós (Constança Marcondes César); Os valores estéticos segundo Louis Lavelle (Maria Vassiliadou); Tempo de tempo em tempo (Benedito Eliseu Cintra); Algumas considerações em torno dos valores estéticos da pintura moderna (João Ribeiro Júnior); A paixão pelo futuro (Tina Spantidou); Arte e Educação (Maria Eugênia de Lima e Montes Castanho); A porta estreita (Antônio Quadros); Mito y language (Hector Rene Bustos); A filosofia política de Francisco Suárez (Antônio Luiz Porto e Albuquerque); A liberdade no estoicismo (Maria E. Koutlouka); Debates; Crônica. (Cortesia do Inst. de Filosofia da PUCCAMP).

Revista Brasileira de Sociologia, vol. IX, nºs 1 e 2. Campinas, 1985. **Conteúdo:** A ideologia marxista no Brasil (Alfonso Trujillo Ferrari); O psicólogo e a etiologia das doenças mentais (Antônio Carlos Gil); Partido político e Democracia (Pasquale Di Paolo); Crise familiar, drogas e criminalidade (Luís Felipe da Silva Wiedmann); Previdência social e ordem política (Maria José D'Ambrosio); Projeto Maxacali: relato sobre uma experiência em antropologia aplicada (Neli Ferreira do Nascimento); Notícias; Resenhas bibliográficas. Contatos: Rua General Osório, 1031, 15º andar, conj. 156. Campinas 13013.

Revista de História, nº 1. Publ. do Departamento de História da Univ. Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, 1986/87. **Conteúdo:** Contribuição para uma discussão do fascismo na América Latina (Enrique Serra Padrós); Cultura e ideologia ou como se constrói uma cultura nacional (Celi Regina J. Pinto); O discurso político na Revolução Farroupilha (Helga I. L. Piccolo); Uma experiência de reforma agrária: Banhado do Colégio, Camaquã, RS (Dália Tavares Leindecker); Francisco Campos: a ideologia autoritária e a crise internacional do entre-guerras (Paulo Fagundes Vizentini); A mulher na imprensa operária gaúcha do século XIX (Sílvia Regina Ferraz Petersen); A tragédia grega (César Guazelli, Francisco Marshall, Janeska Widholzer, Rovena Gobatto e Sílvia Martins). Contatos: Av. Bento Gonçalves, 9500, Porto Alegre 91500. (Cortesia do editor).

Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, vol. 349, out./dez. 1985. Rio de Janeiro. **Conteúdo:** A igreja no Amazonas ao findar o período colonial (Arthur Cezar Ferreira Reis); Por que D. Pedro declarou a independência do Brasil (Carlos H. Oberacker Jr.); A marcha da abolição no Amazonas (Vicente Tapajós); A vida de Tancredo Neves (Afonso Arinos de Melo Franco); Reflexões de conteúdo histórico à margem da doença e morte de Tancredo Neves (Umberto Peregrino); Saudação a Mário Camarinha da Silva (Marcelo Moreira de Ipanema); A “Revista do Brasil”, de Monteiro Lobato a Chateaubriand (Mário Camarinha da Silva); Saudação a Hélio Silva (Arthur C. F. Reis); Testemunha ocular da História (Hélio Silva); Saudação a Gabriel Augusto de Melo Bittencourt (Egon Wolff); Açúcar e modernização: o caso de Vila Franca (Gabriel Augusto de Melo Bittencourt); Sessões em memória de Pedro Calmon; Crônicas de Araújo Viana; Correspondência do Barão de Mareschal; Noticiário, etc.

Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Mato Grosso, 129/130. Cuiabá, 1988.

Conteúdo: O nome Cuiabá corresponde a pantanal matogrossense (Pedro Rocha Jucá); Carta mundial do advogado (Ernesto Borges); Amigo dedicado: em memória de Amidicis Diogo Tocantins (Luís Philippe Pereira Leite); O patrono da Artilharia, Marechal Mallet (Renato Báez); Singularidades de um ouvidor geral (Paulo Pitaluga Costa e Silva); Caxias, o soldado da lei (Otávio Gonçalves Gomes); Sabinada: 150 anos (Natalino Ferreira Mendes); Sesquicentenário de D. Carlos Luiz D'Amour (João Freire Medeiros); Centenários de Dom Aquino, de Isac Póvoas e da Lei Áurea; Os quilombos em Mato Grosso (Elizabeth Madureira Siqueira); Fawcett (Ramiro de Noronha). Contatos: Rua Barão de Melgaço, 3869, Cuiabá MT 78000.

Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Santa Catarina. 3ª fase, nº 7.

Florianópolis, 1986/87. **Conteúdo:** Vida e obra de Victor Meirelles (Donato Melo Júnior); Carlos da Costa Pereira e outros catarinenses (Theobaldo Costa Jamundá); As aventuras e desventuras de Frei Agostinho da Trindade (Walter F. Piazza); Contribuição para a história de Criciúma (Pedro Milanez); O primeiro cirurgião de S. Francisco do Sul (Antônio R. Nascimento); Identificada a autoria da História de Lages pelo método confuso (Licurgo Costa); Os símbolos do IHGSC (Edison Mueller); A cidade de Gaspar: estudo de geografia urbana (Victor A. Peluso Júnior); Rui, cultura e constituição (Antônio Adolfo Lisboa).

Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Goiás, nº 11. Goiânia, 1986.

Conteúdo: Curiosos fragmentos históricos de Catalão (Cornélio Ramos); A revista "Oeste" e o cinquentenário de Goiânia (José Mendonça Teles); "Oeste" foi uma alvorada literária (Castro Costa); Goiânia, cidade das realizações ousadas (Colemar Natal e Silva); Acaso, coincidência ou intuição? (Eli Brasiliense); Diamantinos na história de Goiás (Peixoto da Silveira); A memória de Luiz do Couto (Goiandira do Couto); Luiz Ramos de Oliveira Couto (Regina Lacerda); Heroína goiana (Luiz do Couto); Manoel da Cunha Roriz (Gelmires Reis); O patriarca de Santa Luzia (José Dilermando Meireles); Monsenhor Fleury (Antônio Brasil); Calunga-Kalumba: universo cultural (Mari de Nazaré Baiocchi); Relembrando a inauguração da Faculdade de Medicina de Goiás (Altamiro de Moura Pacheco); Cronologia histórica de Goiás (H. Crispim Borges); Do Gabinete Literário Goiano (Elder Camargo Passos); Pronunciamento (Maria do Rosário Cassimiro); Relatório de atividades; Relação dos sócios. (Cortesia do IHG de GO).

NOTICIÁRIO

JÚLIO MARIANO

Com o falecimento de Júlio Mariano em meados de julho do corrente ano, perdeu Campinas um dos seus mais antigos jornalistas. Natural da vizinha Itatiba, vivia em nossa cidade desde a adolescência, aqui constituindo família e realizando toda a sua carreira jornalística. Trabalhou em diversos jornais, especialmente no "Correio Popular", do qual chegou a ser redator-chefe. Iniciou-se na vida literária com um pequeno volume, **Nebulosas**, lançado em 1930, publicando depois dois opúsculos: **As boas qualidades do Senhor Dom Diabo** e **A comédia do teatro e seus cômicos**. Todavia, foi na pesquisa histórica, relativa a Campinas, que realizou seus trabalhos mais importantes. Colaborou com vários trabalhos para a **Monografia histórica do Município de Campinas**, obra coletiva publicada em 1952, escrevendo, ainda, **Campinas de ontem e de anteontem** (1970), **História da Imprensa em Campinas** (1972) e **Badulaques** (1979), este publicado pela Secretaria de Cultura do Estado. Dono de estilo leve, atraente, comprazia-se na descrição do pitoresco, das credices e lendas folclóricas, deixando substancial contribuição para o conhecimento da região de Campinas.

*

JORGE BERTOLASO STELLA

As entidades culturais mais representativas de São Paulo manifestaram-se a propósito do centenário de Jorge Bertolaso Stella, que transcorreu no início de agosto. A NBH já se ocupou dele, demoradamente, em seu nº 101, ocasião em que procedemos a um levantamento do que produziu de mais significativo uma das mais expressivos elementos nos quadros da cultura brasileira. Figura marcante do protestantismo brasileiro, mas igualmente cultor da história, da glotologia e da filologia, deixou obra considerável, da qual destacamos **O monogenismo lingüístico**, **As línguas indígenas da América**, **A conexão lingüística basco-americana**, **A língua etrusca**, **A língua do Novo Testamento**. Nos

seus últimos anos, passou a se interessar pela cultura da Índia, realizando a primeira tradução em língua portuguesa do **Bhagavad-Gita**, a grande saga épica da literatura sânscrita. Pertenceu ao Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo, à Academia Paulista de História e à Academia Cristã de Letras.

*

CULTURA CAIPIRA

Promovido pelo Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo e pela Academia Cristã de Letras, e com o apoio de outras entidades, realizou-se de 22 a 26 de agosto, no auditório do Instituto Histórico, a Semana de Estudos sobre a Cultura Caipira, durante a qual foram proferidas as seguintes palestras: O que é cultura caipira (Hélio Damante); O caipira na arte de Almeida Júnior (Jorge Luís Antônio); O caipirês e a obra de Waldomiro Silveira (Ruth Guimarães); O caiçara, caipira do litoral paulista (Duílio Crispim Farina); O caiçara do vale do Ribeira e áreas vizinhas (Cel Reginaldo Moreira de Miranda); O caipira na obra de Amadeu Amaral (Adelino Brandão); O mundo caipira de Cornélio Pires (Roberto Machado Carvalho); O universo caipira de Monteiro Lobato (Henrique L. Alves); e Jeca Tatu e Rui Barbosa (A. R. de Paula Leite).

*

SEMINÁRIO PRESBITERIANO

Transcorreu neste segundo semestre o centenário desta grande instituição, o mais importante seminário teológico protestante do Brasil. Antes de se fixar em Campinas, funcionou em Nova Friburgo, no Estado do Rio de Janeiro e depois na Capital paulista. Posteriormente foi transferido para Campinas, funcionando por mais de quarenta anos no velho edifício do antigo Colégio Internacional, nos altos da rua Doutor Quirino. Em 1949 mudou-se para amplas e novas instalações à Avenida Brasil, no Guanabara. Sua importância, nos quadros do protestantismo brasileiro (sobretudo do presbiterianismo) foi — e continua sendo — realmente considerável. Igualmente, sua participação na vida da cidade, mesmo fora do ambiente protestante. Muitos de seus professores, todos teólogos de grande saber, deixaram bela folha de serviços à vida cultural da cidade, como professores, jornalistas, conferencistas, etc. Coincidindo com a efeméride,

comemorou-se também (dia 11 de agosto) o centenário de um dos seus grandes filhos — e depois um dos seus maiores professores — o reverendo William Kerr, cujo nome, traduzido para Guilherme Kerr, figura em importante rua da cidade. A figura do grande vulto do protestantismo brasileiro foi evocada em sessão solene pelo rev. Júlio Andrade Ferreira, antigo professor e diretor do Seminário, e membro da Academia Campinense de Letras.

*

LUIŢ ELLMERICH E ALBERTO PRADO GUIMARÃES

Com a morte de Luís Ellmerich perdeu o mundo musical de São Paulo uma de suas grandes figuras. Era austríaco de nascimento, mas vivia há muito na Capital paulista. Pianista, compositor, acompanhador, professor, deixou, além de composições musicais, diversos livros de interesses histórico sobre música e dança. Editava, com enorme dedicação, o **Jornal de Música**, no qual, diversas vezes, teve a gentileza de transcrever matéria publicada em NBH, da qual era assinante e grande amigo. Outro grande amigo perdeu esta publicação com a morte, a 7 de agosto, do Engenheiro Alberto Prado Guimarães, figura de projeção na vida social e cultural da Capital paulista. Como agricultor e técnico em assuntos agrícolas, deixou bela folha de serviços, tendo sido presidente da Sociedade Rural Brasileira e da União dos Lavradores de Algodão. Tinha grande predileção pelos estudos históricos, deixando diversos trabalhos pela imprensa paulistana. Pertencia ao Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo.

*

“TECENDO A NOVA HISTÓRIA DE MINAS”

A quem quer que tenha algum conhecimento da história da civilização material do Brasil, não há de ser estranho o nome de Bernardo Mascarenhas, pioneiro da indústria textil e da eletricidade em Minas Gerais. Juiz de Fora foi a cidade escolhida para as suas maiores realizações. Os que já percorreram a histórica Estrada “União e Indústria”, certamente notaram, pouco antes de chegar à cidade, o edifício da mais antiga usina hidrelétrica da América do Sul, construída há mais de cem anos por Bernardo Mascarenhas. O seu extraordinário esforço para dotar Juiz de Fora

de iluminação elétrica reveste-se de rasgos quase cinematográficos, consagradores de qualquer existência. Da mesma forma, os que conhecem a cidade certamente observaram o grande edifício, também centenário, situado à antiga Avenida 15 de Novembro (atualmente Getúlio Vargas), no qual Bernardo Mascarenhas instalou a mais importante de suas indústrias.

O grande edifício, todo de tijolinho vermelho aparente, como se usava na época, fazia parte da paisagem urbana de Juiz de Fora e, mais ainda, de sua memória. Quando a fiação foi desativada, recebeu-se pela sorte do grande e belo edifício. Não mais servindo à sua finalidade original, teria certamente a sorte de tantos outros edifícios industriais do Brasil, isto é, seria fatalmente demolido para dar lugar a algum ou alguns espigões. Felizmente, tal não aconteceu. A Prefeitura da cidade adquiriu o histórico edifício com o objetivo de transformá-lo num espaço cultural, capaz de abrigar tudo o que possa ocorrer de significativo para a cultura, numa cidade de mais de meio milhão de habitantes. Passou a chamar-se “Espaço Mascarenhas” e doravante assinalará, de maneira diferente a paisagem urbana da grande cidade.

A 31 de maio do ano passado, comemorando os 137 anos de Juiz de Fora, o prefeito Tarcísio Delgado entregou-o à cidade, com um “slogan” bastante expressivo: “A velha fábrica tece a nova história de Minas”. Queira Deus que o empreendimento não pereça e possa cumprir integralmente sua finalidade. Recordamos, aqui, esta ocorrência de outra cidade, tendo o pensamento no que já ocorreu ou ainda está ocorrendo em nossa Campinas. Há algum tempo, assistimos à campanha pelo salvamento do também histórico edifício da indústria Lidgerwood. Que nos valha a lição de Juiz de Fora.

*

SOCIEDADE BRASILEIRA DE PESQUISA HISTÓRICA

De 26 a 29 de julho, no auditório da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (FAPESP), à avenida Pio XI (Alto da Lapa), na capital paulista, realizou-se a VIII reunião anual da **Sociedade Brasileira de Pesquisa Histórica** (SBPH), a dinâmica entidade presidida pela Professora Maria Beatriz Nizza da Silva. Como fora previamente anunciado, a reunião do corrente ano centralizou a maior parte de seus trabalhos em temas ligados à Escravidão e Abolição, o que, aliás, foi uma constante em quase todas as reuniões culturais realizadas, dado o transcurso do centenário da Abolição. Assim, as quatro mesas redondas programadas, as conferências proferidas e a quase totalidade das comunicações apresentadas versaram sobre o importante tema. Entretanto, a Reunião

abriu espaço, também, para temas livres. Como das vezes anteriores, esta VIII Reunião da SBPH contou com a participação de historiadores, pesquisadores e professores de História de diversos Estados e também do Exterior. Cumprimentos à SBPH e, particularmente, à sua digna presidente e companheiros de diretoria, por mais esta excelente realização. As reuniões anuais da SBPH, que há oito anos vêm sendo regularmente realizadas, constituem significativo marco assinalador do calendário cultural do nosso País. É de se registrar a iniciativa de publicação dos respectivos "Anais", dos quais seis já foram distribuídos aos sócios da Entidade. Ao que estamos informados, a próxima reunião (julho do ano vindouro), deverá realizar-se no Rio de Janeiro, e terá como tema central a República, uma vez que ocorrerá no ano do centenário de movimento de 1889.

UM POUCO DE MÚSICA

RÉQUIEM PARA MANZONI

A oportunidade de uma recente audição da missa de réquiem de Giuseppe Verdi fez-me associar ao grande compositor o nome de outra grande figura da Itália do século passado: Alessandro Manzoni, o criador do romantismo italiano, o imortal autor de *I Promessi Sposi*. Embora se conhecessem por pouco tempo, ligou-os a mais sólida amizade, fundamentada na mais viva e recíproca admiração. Havia, entre os dois, algo de comum, traduzido no mais acendrado sentimento nacionalista, pois ambos eram filhos do norte da Itália, dominado durante grande parte do século XIX pelo jugo austríaco, e ambos possuíam no mais alto grau o amor à liberdade. Assim, empolgou a ambos a causa da libertação da Itália. Manzoni pusera, abertamente, sua pena a serviço de tão nobre causa. Verdi traduzira na música iguais sentimentos e muitos foram os aborrecimentos por que passou, pois freqüentemente as autoridades policiais austríacas descobriam intenções políticas em suas óperas, como aconteceu, por exemplo, com *Nabucco*, inspirada no cativo dos hebreus sob Nabucodonozor. Havia na música de Verdi — diz Ernest Newman em a nota biográfica com que precede a análise de suas óperas — “qualquer coisa que os italianos, então sob o jugo estrangeiro, sentiam ser a expressão do seu estado de alma. A música é uma forma do pensamento humano, contra a qual nada pode o censor mais rigoroso; os censores austríacos, que podiam eliminar ou aprisionar poetas, políticos e jornalistas, não tinham ação sobre uma melodia de que o povo gostava e cantava nas ruas com a convicção íntima de que ela traduzia a sua ânsia de liberdade”.

Verdi não tinha inclinações políticas; apaixonou-se, contudo, pelo ideal de libertação de sua pátria e em 1848, a pedido de Mazzini, musicou um poema patriótico que começava com estas palavras: “Fazei soar a trombeta e tremular a bandeira amarela e negra”. Mandou-o ao libertador com estas palavras: “Oxalá este hino seja em breve cantado, ao som do canhão, sobre a planície da Lombardia”. Foi preciso coragem para isto, e também para, no mesmo ano, pôr a sua assinatura a um manifesto em que se solicitava o auxílio da França contra a Áustria, fato este que, facilmente, o poderia ter levado ao exílio.

A aproximação de Verdi e Manzoni deu-se por intermédio da Condessa Clarina Maffei. Em princípios de 1867, o compositor recebeu um

retrato do poeta, com esta dedicatória: “A Verdi, glória da Itália, um decrépito escritor lombardo”. Sensibilizado pela gentileza de Manzoni, o autor de *Aida* agradeceu, e, não ousando dirigir-lhe diretamente, escreveu à Condessa, que seria, pouco depois, a promotora da apresentação. Sua carta traduz a profunda admiração que o compositor, há muito, nutria pelo escritor: “Como invejo minha mulher, que viu o grande homem! Não sei se quando for a Milão terei coragem de me apresentar pessoalmente a ele. Vós sabeis quão grande é a minha admiração por este homem que, na minha opinião, não só escreveu o maior livro dos nossos dias, mas um dos maiores saídos da inteligência humana. E não apenas um livro, mas um consolo para a humanidade. Eu tinha dezesseis anos quando o li pela primeira vez. Desde então, tenho lido outros livros, a respeito dos quais minha estima mudou ou morreu, à medida que eu me desenvolvia. Mas por este livro (Verdi referia-se a *Os Noivos*), o meu entusiasmo nunca diminuiu; pelo contrário, aumentou com o conhecimento dos homens, porque é um livro verdadeiro, tão verdadeiro quanto a própria verdade. Ah! se os artistas compreendessem esta verdade, não haveria músicos do futuro, nem músicos do passado, nem pintores realistas ou idealistas, nem poetas clássicos ou românticos, mas simplesmente poetas verdadeiros pintores verdadeiros e músicos verdadeiros”.

Como Manzoni, velho e doente, poucas vezes saía, só um ano depois se encontraram. Foi um dia feliz para Verdi, que externou à Condessa a sua satisfação: “Que vos poderei dizer dele? Como poderia explicar as emoções novas, inexprimíveis e gratas, despertadas em mim pela presença deste santo, como vós lhe chamais? Teria ajoelhado perante ele, se o homem pudesse adorar um homem...” Em princípio de 1873 agravou-se o estado de saúde de Manzoni, que veio a falecer aos 22 de maio desse ano. A morte do escritor abalou-o profundamente: “Agora está tudo acabado. Com ele desaparece a mais pura, a mais sagrada, a mais alta das nossas celebridades. Li muitos artigos sobre ele; nenhum o trata como merece. Muitas palavras, mas pouco sentimento íntimo!”

Este “sentimento íntimo” caberia a Verdi externá-lo no grande “Réquiem”, composto em memória do amigo, para o primeiro aniversário de sua morte, quando foi executado em Milão, sob a direção do próprio compositor. Sobre esta primeira audição do “Requiem”, escreveu Marcilio Sabba, biógrafo de Verdi: “A expressão solene e comovedora da música verdiana, aliada ao modelar concurso dos artistas, produziram no auditório inesquecível impressão. Mais de uma vez subiram murmúrios de admiração, logo reprimidos, porque na igreja não se toleram manifestações. Se não fora este preceito, os aplausos teriam irrompidos frenéticos, espontâneos”.

A crítica, entretanto, não recebeu muito favoravelmente a obra de Verdi, talvez porque fugisse bastante aos moldes da música sacra de Palestrina, tomada pela Igreja como padrão. Acusaram-na de pouca

religiosidade, de lírica em excesso, o que, aliás, era do temperamento do compositor, razão pela qual não cabem comparações com outras obras do gênero. Quem mais verberou o “Requiem” foi Hans von Bülow, crítico, compositor e regente vienense, que o chamou de “monstruosidade”. Mais tarde, entretanto, estudando melhor a obra verdiana, retratou-se e escreveu a Verdi, arrependido de sua “bestialidade jornalística” de dezoito anos antes. À sua carta, Verdi nobremente responde:

“Não existe em vós sombra de pecado nem é o caso para falar em arrependimento. Se as vossas antigas opiniões divergiam das atuais, fizesteis bem em manifestá-las; nem eu ousaria queixar-me. De mais, quem sabe... talvez tivésseis razão naquele momento. Como quer que seja, vossa inesperada carta proporcionou-me um grande prazer. Não por vaidade pessoal, mas por ver que os artistas verdadeiramente superiores julgam sem preconceitos de escola, de nacionalidade e de tempo. Se os artistas do Norte e do Sul têm tendências diversas, é bom que assim aconteça. Todos devemos manter as características peculiares à sua nacionalidade, como muito bem afirmou Wagner. Felizes, vós, que sois filhos de Bach!... e nós? ... Nós, filhos de Palestrina, tivemos uma grande escola... nossa! Presentemente abastardou-se e ameaça ruína. Se pudéssemos voltar ao tempo antigo!”

Seria absurdo exigir de Verdi, para uma missa fúnebre, algo que não estivesse em seu temperamento e em seu espírito. Não seria autêntica. Donde dizer que não cabem comparações com Mozart, Fauré e tantos outros que escreveram obras similares. Se o “Requiem” de Verdi saíu lírico demais, foi simplesmente porque o seu autor... era lírico demais! Embora razoáveis muitas das críticas que lhe foram feitas, não se pode deixar de reconhecer nele uma das maiores e mais inspiradas obras de todos os tempos, à altura tanto do seu autor, como do grande morto a cuja memória foi dedicada, unindo para sempre dois dos maiores nomes da Itália do século XIX — Alessandro Manzoni e Giuseppe Verdi. Odilon Noqueira de Matos

MEMÓRIA CAMPINEIRÂ (35)

IMIGRANTES ITALIANOS EM CAMPINAS

(...) A maioria, entretanto, desembarcou em Campinas. O emissor dizia que de Campinas para cima é que estava a oportunidade, é que havia serviço para todos, e mais, trabalho de acordo com a profissão que cada um trazia como lastro, da península. Para Domenico, que sempre trabalhara em moinho na terra-mãe, juraram que na fazenda tal havia um moinho, onde ele poderia dedicar-se à profissão tradicional da família.

— “Parola d’onore” — affiançara-lhe o intérprete. E Domenico fiado naquela “palavra de honra”, decidiu ficar.

Ali mesmo, na estação da Paulista, houve então o passo definidor de destinos, a grande decisão, a que traçaria a meta derradeira para aquelas criaturas. Para toda a vida, talvez. Era o larga.

— “Resto que, mi”, disse firme Domenico, no dialeto vêneto. Resolvera, pois, ficar em Campinas.

(...) Em Campinas já passaram a ser “orientados” por um dirigente italiano, que ali se encontrava há algum tempo, a soldo dos senhores das terras. Cesare chamava-se o homem, e era o guia, o intérprete, o conselheiro, o sabido. E os outros, dadas as circunstâncias, não tiveram solução que não a de seguí-lo e, sobretudo, de obedecê-lo. E que todos ansiavam por um pouso mais ou menos definido e definitivo; e mais: queriam comer, embora mal; queriam dormir, embora mal; e queriam abrigar-se das intempéries, embora mal. Queriam respirar, em suma. E assim, acompanhando o guia, desceram até o centro da cidade.

A curiosidade dos campineiros já era maior do que a dos santistas. Campinas não se acomodara ainda ao espetáculo, ou pelo menos ainda não se acostumara a ponto de mostrar-se apática frente ao borbório e ao colorido daquele “show” inusitado. Entretanto, a cidade andava então as voltas com inúmeros casos de febre amarela — o que depois, pelos derradeiros anos do século, se transformaria em calamidade. Por isso é que, não obstante o pitoresco da chegada dos imigrantes, eram quase só rapazolas os que os cercavam.

— Olha o vestido daquela moça!, remoqueava um.

— Aquele vai nascer brasileiro, gracejava outro, em alusão a uma italiana que não podia ocultar a gravidez avançada.

— Vocês são todos burros, não são? — dissera um gaiato da terra a um imigrante mocinho. Este sorriu. E o da terra soltou uma gargalhada. O “giovinotto” então ficou sisudo.

— Está “scherzando”, pensou. E adivinhara. O campineiro estava mesmo troçando com ele.

Mas havia também comiseração e simpatia, virtudes que não privilégio de povo algum. Principalmente em relação às crianças.

— Coitada da menina! Toma. E davam-lhe doces e até mesmo um copo de leite.

— É, eles vieram de longe!, condoiam-se os menos insensíveis.

No pernoite daquele primeiro dia de Campinas o grupo alojou-se num casarão da rua General Carneiro — que mais tarde se chamaria Lusitana. Ali lhes deram de comer, ainda bacalhau com biscoito.

— Que tal o “pollastro americano”? , pilheriou Domenico, dirigindo-se à esposa.

— Serve. Se não for só isso a vida inteira, como está me parecendo.

Camas não existiam, mais uma vez. Cada um teve que deitar-se no chão, todos em promiscuidade num salão único, sobre as trouxas de roupas, outros no assoalho duro. E assim dormiram... acordados.

O albor da madrugada ainda não diluira a noite sem lua, quando alguém veio mandar que se levantassem. Houve alguns relutantes, que logo mais acabaram cedendo.

— P’ra onde vamos?, indagaram “a una voce”.

— Vão para suas casas, explicou o dirigente. E temos que sair logo, se não quiserem apanhar a febre.

Serviu-se um pouco de café, ainda com biscoito. A ordem era que colocassem os trastes nas carroças, as quais já estavam chegando e se alinhavam em frente ao casarão.

Somente as mulheres idosas e os homens bem velhos é que tinham permissão para subirem nas carroças junto com os badulaques. E o resto iria a pé. Obedeceram o “conselho” do guia, e lá se foram de novo, arrastando-se lentamente pelas ruas da cidade, depois pela estrada em fora, morro acima, morro abaixo. Só acidentalmente alguém parava, para uma necessidade fisiológica, para acudir uma criança.

Chegaram a um arraial já meio dia passado. Era uma vila de mil e poucas almas, cortada pelo rio Atibaia, nome este pelo qual também era

conhecido o lugarejo. Ali a caravana parou, muito pouco porém, o bastante para poderem comprar umas coisinhas para as crianças, que estavam com fome e sede. Nadinhas de nada mesmo, que a ocasião não era para desperdícios.

Reencetaram a marcha. A caminhada, se fora penosa até então, paulatinamente foi-se tornando insuportável. O calor aumentara; a fadiga desfibrando a todos; as crianças a chorar; as velhas resignando; os válidos a imprecar; e agora a estrada indo morro-acima, sempre subindo, sem uma planura, sem um declive. Estavam em plena serra quando a noite os alcançou. Mas a caminhada prosseguiu, primeiro no lusco-fusco, depois na escuridão.

Domenico, mais afoito que os outros, desde logo se achegara ao dirigente. Perguntava do moinho. Não lhe haviam prometido um moinho? E corajosamente comentava a cruza do tratamento e a brutalidade da viagem que vinham tendo até ali:

— Pois é, “signor Cesare”, é duro a gente deixar sua casa, largar tudo, vir de longe como viemos, p’ra no fim ser tratado desta maneira, desculpe a expressão, como porcos.

Mas o Césare era diplomata:

— Vocês vão se dar bem na fazenda.

Enquanto Domenico se interessava pelo moinho, a mulher perguntava pela igreja. Insistia em ver confirmada a existência de um templo; mas ao mesmo passo descrevia das promessas, porque as promessas vinham sendo descumpridas. Passava de nove horas da noite quando os caravaneiros chegaram, afinal, ao destino. Souberam, dias mais tarde, que estavam na fazenda São Luciano.

(Sevá, José — *Eles vieram de longe*, pp. 41-47. Campinas, Editora e Livraria João Amêndola, 1961).

TEXTOS

(Sugestões para seminários)

O VOTO DIRETO

(Joaquim Gonçalves Ledo)

Senhor: Quando o Povo tem uma vez pronunciado seu juízo, é uma necessidade do Governo conformar-se com ele. Ousarei dizer a V.A.R. que é uma verdade quase dogmática no Regime Constitucional. “Quem governa com o Povo, governa com a força”. O Povo tem já no objeto de que se trata expendido os seus sentimentos. — Nomeação direta — É do meu dever aconselhar a V.A.R. que se não oponha à corrente impetuosa da opinião pública: não se irrite os ânimos que começam a acalmar-se. Soam ainda os longos e veementes discursos acabados de recitar nas Cortes de Portugal a favor das eleições diretas. O Congresso de Lisboa só aberrou da estrada constitucional quando tratou do Monarca, e do Brasil; fujamos-lhes dos erros mas não desprezemos o que ele fez de bom e nos é adaptável. O povo de Portugal não é mais instruído que o do Brasil. Andam Senhor em todas as bocas os princípios a este respeito estabelecidos naquele Congresso; todos estão imbuídos naqueles sentimentos, argumentam com aquelas razões, contam com igual sistema, e começam a preparar-se para fazer por si mesmos as suas nomeações. Por que lhes havemos nós dar uma direção contrária, de que nenhum bem resulta ao Estado? Por que roubarmos-lhe o direito de exercer (a única vez que o pode fazer) a sua Soberania? Escolherá mal. As suas queixas voltar-se-ão contra si mesmos. Mas ah Senhor, que dura verdade sou obrigado a dizer nesta ocasião? Raras vezes acontece ser honrado aquele que o povo aponta como indigno; ou indigno o que ele aponta como honrado.

Eu nunca chamarei deliberação bem entendida aquela em que se confundirem os direitos dos homens com as suas faculdades físicas ou morais. A vontade do maior número deve ser a lei de todos. O maior número pede as eleições diretas, a Lei as deve sancionar. Só por elas é que se pode dizer que o Povo nomeou os seus Representantes: de outro modo são os representantes da porção que se intitula seleta. Provera a Deus que o Brasil se não ressentisse desse modo de eleições! Acrescentarei ainda a mais, Senhor, que vamos cair em vícios e defeitos que nos hão de ser azedamente explorados, se em vez de nos limitarmos a estabelecer os direitos do Povo, tendermos a prender este Povo no exercício desses

direitos, o que acontecerá sempre que lhe apresentamos como Constitucional o que é mero capricho, e como necessário o que é puramente relativo. Que razões podemos dar, que direito apresentar para roubar aos indivíduos o jus de nomear aqueles que os hão de representar na fundação daquilo que eles têm de mais caro, quero dizer, direitos naturais e imprescritíveis anteriores a toda a lei. A Nação, Senhor, vai exercitar a maior e mais importante de suas funções, o poder constituinte. Não podendo exercê-lo individualmente, é forçado pela Natureza das Coisas a delegá-lo. Limitada portanto a exercer somente o poder comitente deve não sofrer outra coação, deve exercê-lo por si mesma, deve diretamente escolher e nomear aqueles que hão de desempenhar e exercer os seus Direitos Reais.

Tal é o meu voto, Senhor, que desde já peço licença para transmiti-lo pela imprensa aos meus constituintes. Em 10 de julho de 1822.

(Bandedchi, Brasil – Ledo: pensamento e ação nas lutas da Independência. São Paulo, Parma, 1983. Col. “Cadernos de História”, v. 17).

*

A VITÓRIA DE CONSTANTINO SOBRE MAXÊNCIO (Lactancio)

Já a guerra civil tinha se iniciado entre eles. E, embora Maxêncio se confinasse em Roma porque um oráculo havia lhe predito que morreria se transpusesse as portas da cidade, a guerra era conduzida por hábeis generais. Maxêncio dispunha de forças mais numerosas porque recuperara de Severo o exército de seu pai e acabava de mandar de volta o seu próprio do país dos Mouros e dos Getulos. Iniciada a guerra, os soldados de Maxêncio levaram vantagem até o momento em que, com redobrada coragem, prestes a vencer ou morrer, Constantino conduziu todas as suas tropas à proximidade da cidade e tomou posição perto da ponte Mílvia. Aproximava-se o aniversário da ascensão de Maxêncio ao trono do império, isto é 28 de outubro, e as festas quinquenais chegavam ao fim. Constantino foi advertido, durante seu sono, para que marcasse nos escudos o celeste sinal de Deus e iniciasse dessa maneira o combate. Ele obedeceu e fez inscrever nos escudos o nome de Cristo: uma letra X, virada transversalmente e cuja ponta superior era infletida. Armados desse signo, as tropas pegaram em armas. O inimigo avançou ao seu encontro sem chefe e atravessou a ponte. Os dois exércitos arremetem numa frente igual e, de

parte a parte, combate-se com o furor mais extremado. “Não se viu fugir nem uns, nem outros”.

Uma revolta estoura na cidade. Acusa-se o imperador de traidor da causa pública; quando ele apareceu — ele estava dando, com efeito, jogos na ocasião de seu aniversário — o povo gritou unanimemente: “Constantino não pode ser vencido”. Abalado por esses gritos, Maxêncio sai correndo e chama alguns senadores, mandando consultar os livros sibilinos: neles estava escrito que nesse dia iria perecer o inimigo dos romanos. Este oráculo desperta nele a esperança da vitória; põe-se a caminho e chega ao campo de batalha. A ponte é interrompida assim que passou. A esta vista, a batalha torna-se mais rude e a mão de Deus pairava sobre o combate. O exército de Maxêncio é tomado de pânico, ele mesmo põe-se a fugir e arremessa-se à ponte, mas ela está interrompida. Oprimido pela massa dos fugitivos, ele é lançado no Tibre. Terminada, enfim, esta guerra atroz, o imperador Constantino é recebido com grande alegria pelo povo e pelo senado; ele, agora, conhece a perfídia de Maximino, provada pelas cartas que apanha, pelas estátuas e pelas imagens. O senado decreta, a Constantino, por seus feitos, o mais alto título, título esse que o próprio Maximino reivindicava para si mesmo. Este, ao ser avisado da vitória e da libertação da Urbe, não reagiu de maneira diferente da que teria se ele mesmo fosse o vencido. Quando soube do decreto do senado, sentiu ressentimento tão violento que abertamente deixou ver sua hostilidade, exprimindo-se numa mistura de insultos e zombarias, dirigidos ao Supremo Imperador.

(De Mortibus Persecutorum. Trad. de Carl. V. F. Laga. Em **Textos Históricos: Antigüidade e Idade Média**. Marília, Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras, 1965).

SELETA

O RIO DE JANEIRO EM 1821

Oliveira Lima

O Rio de Janeiro em 1821 era uma cidade absolutamente *sui generis*. Colônia de Portugal até um lustro antes, não parecia uma cidade portuguesa: tinha todo o exotismo do Novo Mundo dentro da sua moldura tropical e americana, encaixilhando um arremedo de cidade peninsular, de ruas estreitas à moda árabe e chácaras de recreio à moda inglesa. Botafogo apresentava sua pequena baía orlada dessas chácaras, a que servia de sentinela do lado do mar o Pão de Açúcar e de pano de fundo montanhas cobertas de matas escuras, entre as quais se destacava o Corcovado, aonde costumavam de quando em vez subir a cavalo o príncipe real e a princesa Dona Leopoldina, que von Weech nos descreve como excelentes ginetes, ele resplendente de mocidade, quemada do sol a tez trigueira, ela rechonchuda e com a pele de loura afogueada pelo calor.

Centro de escravidão, parecia por esse lado o Rio de Janeiro uma cidade africana, com negros a fervilharem em todos os cantos — negros de ganho, carregando toda espécie de fardos, desde os mais leves até os mais pesados; negros do serviço doméstico, as negras de carapinha comprida e alta formando cilindro, denotando escravas de estimação, ao lado das outras, de carapinha curta; negros nas fileiras dos regimentos; negros remando nas catraias, puxando carroças de mão, transportando cadeirinhas metidos nos varais, de grilheta aos pés cumprindo sentenças e executando os serviços da edilidade; negros barbeiros ambulantes, operando ao ar livre *in anima vili*, porque os da gente melhor tinham suas lojas e eram ao mesmo tempo sangradores; negros dentistas, de condição livre, ao passo que os barbeiros entregavam ou repartiam os lucros com o senhor.

O caldeamento das raças é que a princípio emprestara à capital brasileira seu aspecto peculiar e próprio, em que já havia um quê de alacre, de buliçoso e de irrequieto fornecido pelo céu transparente, pelo ar, ora de fomalha, ora de suave e fresca brisa, pela natureza de galas perpétuas, pela fusão de povos diversos na cor, na origem, no temperamento. Em 1822, por ocasião da independência, o Rio de Janeiro tomara porém o aspecto de uma cidade bastante cosmopolita na feição europeia.

O comércio em grosso achava-se em grande parte nas mãos dos ingleses, que proviam os retalhistas nacionais e franceses. Estes tinham-se especializado como retrozeiros, vendedores de miudezas e de artigos de modas. Havia contudo bom número de lojas inglesas, principalmente de seleiro, e os chamados **shipchandlers**, fornecedores de víveres e bebidas para as embarcações fundeadas ou em trânsito. Os alfaiates eram em parte franceses, em parte ingleses, assim como os padeiros; as tavernas todas inglesas, rivalizando com as dos portos britânicos; os ourives, da terra, traficando em artefatos do Porto: cruces, cadeias, botões, corações e figas.

O artigo inglês — **London superfine** — primava no mercado. Eram as chitas e madapolões estampados, as casimiras, as quinquilharias, além das ferragens de Birmingham e da cutelaria de Sheffield. Diz Mrs. Graham que os retalhistas brasileiros, aliás mais descuidosos no atender aos fregueses, vendiam mais barato do que os estrangeiros, e que se encontravam sedas, crepes e outros produtos da mão-de-obra chinesa, o que se explica pelas comunicações diretas com Macau.

O trato com os estrangeiros alterara assás os antigos hábitos de retraimento; modificara até a cozinha e introduzira certos hábitos de civilização, dantes desconhecidos e que o clima dificultava na maior parte do ano, convidando às sestras durante o dia e aos **deshabillés** caseiros. Escreve Debret que as senhoras vestiam com apuro (**recherche**), garridice e até espavento, usando geralmente cores claras e vivas. Primeiro houve no vestuário feminino uma infiltração inglesa, antes de vir a francesa, definitiva, que banuiu de todo o capote — o **josezinho**, cujo sestro fora importado de Lisboa com a corte. O cosmopolitismo desse tempo ainda era porém um cosmopolitismo especial, de terra quente, ultramarina e apenas começando a conviver diretamente com os grandes centros de cultura.

A mudança da corte trouxera um acréscimo repentino e avultado de população das classes superiores, mas era um elemento descontente, que não encontrara nem boas acomodações, nem distrações do seu gosto no novo meio, pior, no seu conceito, do que qualquer meio de província portuguesa, porque era um meio dependente, um meio colonial, bárbaro no seu entender. Os fidalgos lisboetas enfastiavam-se a morrer no Rio, sem as óperas e bailados de São Carlos, que o São João nunca desbancaria; nem as tertúlias e serões dos seus palácios, esparsos por todos os bairros da cidade montanhosa e pitoresca debruçada sobre o Tejo; nem as vivas e alegres touradas ao sol quente, mas não inclemente do verão português.

Só Dom João VI gostava. A família real vivera todo o tempo dispersa. A rainha Dona Maria I, louca sem remédio, com suas enfermeiras, numa ala de convento improvisado em palácio, onde recebia a visita diária do filho extremoso; o príncipe regente em São Cristovão, numa quinta particular transformada em paço, sem grandeza nem conforto sequer, onde dois filhos se criavam à rédea solta, domando potros no picadeiro, pre-

gando sustos às visitas com disparos de canhões e touros desembolados, entremeando de palavradas as conversas; a princesa Dona Carlota e as filhas, umas louras e delicadas, outras morenas e azougadas, pessimamente alojadas no casarão dos vice-reis, adorno principal do largo do desembarque, o qual era o prazo dado dos marítimos, das meretrizes e da gente do comércio.

Esta formava o grosso da melhor população fluminense até que se lhe agregasse o elemento aristocrático emigrado do reino. O Largo do Paço continuava porém a ser a distração favorita do pequeno burguês que vivia do aluguel de um ou dois escarvos, ia pela manhã à missa, passava à fresca na casa de telha vã as horas de calor e ali aparecia das quatro horas às Ave-Marias a tomar ar, comer doces de tabuleiro e beber água do chafariz refrescada nos moringues de feitiço egípcio e mourisco, haurindo a viração marítima. Ao mesmo afluíam e à mesma hora os negociantes à espera de navios que lhes vinham consignados e os capitães das embarcações mercantes surtas no porto. Sentados sobre o parapeito do cais, davam trela à má língua antes de continuarem a sessão nas boticas do seu conhecimento. Os oficiais das marinhas estrangeiras com unidades estacionadas no Rio costumavam desembarcar à noite, mas para passar algumas horas nos cafés dos começos da Rua Direita, onde depois se chamou o Carceller, do nome da pastelaria que aí se abriu.¹

Pelas ruas do Rio de Janeiro deparava-se um carnaval perpétuo, comparado com o qual o movimento de hoje figura de monótono.² Era tal diversidade a imagem de uma sociedade de transição, na qual se misturavam os preconceitos do velho tempo e as aspirações da idade moderna, o ceticismo das crenças tradicionais e o ardor dos novos ideais, as recordações da época colonial e as promessas do período independente que se aproximava a vapor. Pouco faltava de resto para que, exceção feita dos estrangeiros, não se encontrasse pelas ruas um homem, sobretudo branco, sem o laço verde e amarelo e o mote Independência ou morte.³ Tempo esse de intenso nativismo, em que o sentimento público mirava até com

(1) Convém lembrar aos leitores a atualização de alguns topônimos indicados: **Largo do Paço** corresponde à atual **Praça 15 de Novembro**; e rua **Direita** é a atual **Primeiro de Março** (N. da R.)

(2) Tenha-se em conta que Oliveira Lima escrevia no princípio deste século (N. da R.).

(3) Correspondência oficial do encarregado de negócios americanos Condé Raguet. Ernesto Ebel, de Riga, chegado ao Rio a bordo do brigue **Theodor** em fim de fevereiro de 1824, ainda encontrou os oficiais da saúde, polícia e alfândega usando no braço direito um escudo com a divisa independente e no chapéu o tope com as cores nacionais (Rio de Janeiro und seine Umgebungen in Jahr 1824 in Briefen eines Rigaer's, St. Petersburg, 1828). O relato de Ebel, que ao tempo de Oliveira Lima só era conhecido na edição original, já se encontra traduzido: **O Rio de Janeiro e seus arredores em 1824**. Trad. e notas de Joaquim de Sousa Leão Filho; edição ilustrada. São Paulo, Editora Nacional, 1972. Col. "Brasílica", v. 351). N. da R.

escassa simpatia os ingleses pelas estreitas relações que a Grã-Bretanha mantinha com Portugal.⁴

Uma nota interessante que então se acentuou, mas que já soa na correspondência do enviado dos revoltosos pernambucanos de 1817, Cruz Cabugá, e que deve ter florescido entre as lojas maçônicas do Novo Mundo, é a do espírito americano, em contraposição ao espírito europeu. Um dos capítulos de acusação ulteriormente formulados contra Dom Pedro I seria o de ser o imperador, embora constitucional, sectário do sistema europeu, a saber, do sistema monárquico, de opressão e tirania política, que a Santa Aliança não só simbolizava como aplicava. Por esse lado a doutrina de Monroe representava um produto das circunstâncias permanentes da América.

Não admira que mais tarde, Natividade Saldanha, o poeta e secretário da junta rebelde que proclamou a Confederação do Equador com Manoel de Carvalho Paes de Andrade à sua frente, referindo-se à política imperial, não só a tratasse de vacilante como de **européia e anti-americana**, porque visava reunir nas mãos do mesmo soberano os cetros do Brasil e de Portugal. Já antes da independência, no discurso que, reunidos, proferiram ao príncipe regente os procuradores gerais das províncias do Brasil em 3 de junho de 1822, dele requerendo a convocação de uma assembléia constituinte do reino americano, declaravam esses primeiros representantes da nação: "O sistema europeu não pode pela eterna razão das cousas ser o sistema americano; e sempre que o tentarem será um estado de coação e violência, que necessariamente produzirá uma reação terrível". Entre os ministros de Estado que se **conformaram** com essa representação, já se achava José Bonifácio.

Na representação em que o comércio do Rio de Janeiro se dirigiu ao senado da câmara para sustar o efeito do decreto de 7 de março de 1821 determinando a partida real, eram recordadas como as grandes vantagens produzidas pela transferência da corte e que convinha consolidar: assegurar à dinastia um império "vasto e precioso que pela força das cousas e pelo andar dos tempos se separaria de Portugal como a América do Norte se separou da Inglaterra", conservar a Portugal na Europa um grau de consideração política que ele não poderia ter sem o Brasil e "poder dominar o Atlântico e o comércio do mundo, dando as mãos aos Estados Unidos da América".⁵

(O Movimento da Independência, 39-43.
São Paulo, Melhoramentos, 1922).

(4) Escreve Mrs. Graham que na recepção do Paço a 22 de janeiro de 1822, aniversário de Dona Leopoldina, Dom Pedro não prestou a menor atenção a súdito algum britânico, nem sequer aos comandantes dos vasos de guerra *Aurora* e *Doris*, que ali tinham ido dar realce à festa com os seus galões dourados.

(5) Dr. Mello Moraes, *História do Brasil-Reino e Brasil-Império*. Rio de Janeiro, 1871.

RABISCOS DE UM ESCRÉVINHADOR

(Nessa seção reproduzimos algumas das crônicas semanais publicadas pelo responsável por esta revista às quartas-feiras, no **Correio Popular**, de Campinas. Para identificação e referência bibliográfica, indicam-se as datas em que foram publicadas).

183. UM SAINT-HILAIRE COMPLETO

Ao falecer, em 1853, o grande botânico Augusto de Saint-Hilaire, que viajou pelo Brasil de 1816 a 1822, deixou inédita a última parte dos seus preciosos relatos de viagem, referente ao Rio Grande do Sul e Província Cisplatina, que só veio a ser publicada em 1887, mais de trinta anos após o falecimento do ilustre viajante. Para a nossa língua, a **Viagem ao Rio Grande do Sul** mereceu duas traduções: uma, parcial, apenas dos cinco primeiros capítulos, por Adroaldo Mesquita da Costa, que a publicou parceladamente pela Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul entre 1922 e 1926; e outra, completa na parte que se refere ao Rio Grande, mas omitindo os capítulos referentes à Província Cisplatina (o Uruguai de hoje), que, na época em que Saint-Hilaire a visitou fazia parte do Brasil; deve-se esta tradução a Leonam de Azeredo Pena, que a publicou pela antiga Editora Ariel, do Rio de Janeiro, em 1935, numa edição comemorativa do centenário da Revolução Farroupilha, que então se celebrava. Mereceu esta tradução mais duas edições, uma na coleção "Brasílica", em 1939 e outra pela Itatiaia, de Belo Horizonte, na coleção "Reconquista do Brasil", em 1974.

A omissão dos capítulos referentes à Cisplatina (cerca de 150 páginas da edição original) deveu-se certamente à circunstância de hoje essa região não mais pertencer ao Brasil. A tradução de Azeredo Pena salta de metade do capítulo 8 para o capítulo 14, única porção dos relatos de Saint-Hilaire que ainda não havia sido traduzida para a nossa língua. Escrevendo sobre o assunto, há mais de dez anos, sugeri que alguma editora promovesse a tradução desses capítulos e os publicasse em livro, completando-se, dessa maneira, os preciosos relatos do viajante francês. Fiquei sabendo, pouco depois, que o mesmo Adroaldo Mesquita da Costa, autor da tradução parcial da década de 20, realizara uma tradução integral de todo o volume, sanando-se assim a lacuna existente. Minha sugestão ficou, pois, sem efeito.

Foi uma pena que o dr. Adroaldo Mesquita da Costa não chegasse a ver publicado o volume que traduziu com todo o carinho. Circunstâncias diversas retardaram de muito a publicação do livro, dando tempo até a que o tradutor viesse a falecer. Todavia, graças ao editor Martins, de Porto Alegre, temos hoje o Saint-Hilaire completo. Editado em fins do ano passado, o belo volume inclui não só os capítulos sobre a Cisplatina, como os capítulos finais, relativos a uma segunda viagem que Saint-Hilaire empreendeu a São Paulo, depois que retornou do Rio Grande do Sul. Graças a este grande empreendimento editorial, posso retificar o que escrevi há mais de dez anos, afirmando, agora, que todo o Saint-Hilaire (na parte dos relatos de viagem) encontra-se traduzido para a nossa língua. 23-3-1988.

*

184. O LIVRO DE AMÉRICO BRASILIENSE

Américo Brasiliense de Almeida Melo, política e literariamente conhecido apenas por Américo Brasiliense, que é como seu nome figura em vias públicas e até numa cidade do Estado de São Paulo, nas proximidades de Araraquara, foi uma das grandes figuras da propaganda republicana no Brasil. Nascido em São Paulo em 1833, faleceu no Rio de Janeiro em 1896. Ao tempo do Império, foi deputado provincial e presidiu as províncias da Paraíba e do Rio de Janeiro. Proclamada a República e institucionalizado o novo regime, foi o primeiro presidente do Estado de São Paulo, mas governou-o por pouco tempo, pois viu-se pressionado a abandonar o cargo com a subida de Floriano Peixoto à presidência da República. O que, todavia, não o impediu de ser nomeado pelo próprio Floriano ministro do Supremo Tribunal Federal.

Na fase da propaganda, viveu em Campinas, tendo sido um dos representantes desta cidade na Convenção de Itu, em 1873. Aliás, coube-lhe secretariar a importante reunião. Jornalista de talento e combatividade, vinculou seu nome, também, à historiografia brasileira, com um manual de história pátria, que resultou da reunião de lições ministradas num colégio de Campinas, e com um livro clássico de nossa história política: **Os Programas dos Partidos e o Segundo Império**, publicado em São Paulo pela Tipografia de Jorge Seckler, em 1878, portanto há cento e dez anos. Volume de 206 páginas e mais 56 numeradas em romanos, constituía o livro apenas a primeira parte – “Exposição de Motivos” – da obra que pretendia realizar, mas que ficou nesse primeiro volume.

Em seu livro figuram os programas de todos os partidos então existentes. Na parte relativa ao Partido Republicano, transcreve-se na íntegra o famoso Manifesto de 3 de dezembro de 1870, com o qual os republicanos lançaram-se às lides políticas, devidamente organizados em

partido. Em extenso capítulo de 115 páginas cuidou Brasiliense do movimento republicano em São Paulo, transcrevendo textos do mais alto interesse: manifestos, declarações, circulares, o projeto da constituição paulista, etc.. No apêndice documental (paginação em algarismos romanos) figuram as “reflexões” apresentadas pela Câmara de Itu ao projeto de Constituição do Império; um documento semelhante elaborado em Pernambuco por Frei Caneca e o Manifesto do Centro Liberal, de 1869.

Tornou-se, assim, o livro de Américo Brasiliense fonte imprescindível para a história da República no Brasil. No entanto, passou um século sem que se cuidasse de sua reedição, o que só foi feito em 1979, pelo Senado Federal/Casa de Rui Barbosa, integrando a excelente coleção “Bernardo Pereira de Vasconcelos” (volume 23). A esta reedição, Washington Luís Neto acrescentou pequena, mas bem redigida introdução. 6-7-1988

*

185. COLPORTORES

Há muitos anos, encontrava-me num “sebo” (livraria de livros usados) na cidade de São Paulo, quando entrou um cidadão à procura de determinado livro religioso, de orientação protestante. O livreiro não o tinha, mas informou que poderia encomendá-lo a um colportor que de vez em quando passava pela sua loja. O freguês nunca tinha ouvido a palavra e o livreiro deu a necessária explicação.

De fato, trata-se de uma palavra que praticamente desapareceu, simplesmente porque desapareceu a função. Tão em desuso caiu que nem mestre Aurélio a registra, pelo menos na primeira edição. Colportor chamava-se, nos meios protestantes, o vendedor ambulante de Bíblias e livros religiosos em geral. Viajavam muito, por largas extensões do País e tiveram um papel importantíssimo na difusão da religião reformada (em suas várias denominações) pelo interior do Brasil. Os pastores realizavam as pregações, ministravam os sacramentos, mas sua obra seria de pouco resultado sem a necessária ação do colportor que provesse de Bíblias e literatura religiosa devocional (já que para o protestante a leitura da Bíblia é dever fundamental) os interessados que aderiam à religião evangélica.

Vendiam Bíblias e Novos Testamentos (ou partes deles), geralmente nas traduções de João Ferreira de Almeida (mais usada pelas igrejas protestantes), mas também na tradução católica do padre Antônio Pereira de Figueiredo, esta sem os livros deuterocanônicos do Velho Testamento, que os protestantes — e também os judeus — não aceitam. A chamada “Versão Brasileira” na época ainda não existia. Mas, além das Escrituras,

vendiam também boa literatura de edificação religiosa, de algumas casas editoras já existentes no Brasil, como também boa parte de uma conhecida livraria de Lisboa, situada à rua “das Janelas Verdes”, nome que despertava enorme interesse, pela sua originalidade.

Quando menino, tinha um tio que, além de “pregador do Evangelho” (como ele se qualificava), também fazia colportagem. E em nossa casa, no Oeste de São Paulo, ele sempre fazia “pião”, guardando sua enorme tralha constituída de muitas malas e até canastras repletas de livros.

A palavra é de origem francesa (“colporteur”). Só que, na França, designava simplesmente o vendedor ambulante em geral e não apenas o de livros religiosos. Era, assim, uma espécie de “mascate”. No Brasil, introduzida pelos missionários norte-americanos, a colportagem tornou-se atividade especificamente protestante, que, com o tempo, veio a desaparecer diante de novos e mais eficientes meios de transporte e comunicação. Mas, tal como o “mascate”, o “colportor” teve sua época e bem está a merecer um estudo, pela larga influência que exerceu na propagação do protestantismo entre nós. 27-7-1988.

*

186. HOMENS DE SÃO PAULO

Para comemorar o quarto centenário da cidade de São Paulo, em 1954, promoveu a Livraria Martins Editora a edição de um alentado volume intitulado **Homens de São Paulo**, reunindo as biografias de dez grandes vultos de nossa terra, com destaque nos mais variados setores, desde o bandeirismo do século XVII até o jornalismo, a indústria, a política e a ciência dos nossos dias. Convém lembrar o espírito que animou a editora a tal empreendimento: “tão somente apresentar ao povo bandeirante um painel descortinador, com conjunto de exemplos nobilitantes que espelhem os mais variados planos de valorização o amor e a devoção à causa de nossa terra”.

Para redigir as dez biografias foram escolhidas figuras de notório saber nos domínios a que pudessem interessar os biografados. Assim, Aureliano Leite escreveu sobre Raposo Tavares, Afonso de Taunay sobre Bartolomeu de Gusmão, Fernando Góes sobre José Bonifácio, Victor de Azevedo sobre o Padre Feijó, Rubens do Amaral sobre o Conselheiro Antônio Prado, Cândido Mota Filho sobre Prudente de Moraes, Maurício Goulart sobre Júlio Mesquita, Flaminio Fávero sobre Oswaldo Cruz, Edgar Cavalheiro sobre Monteiro Lobato e Heitor Ferreira Lima sobre Roberto Simonsen. Desta excelente plêiade de bons escritores sobrevivem apenas Maurício Goulart e Heitor Ferreira Lima.

Obra circunstancial, com o caráter comemorativo de uma efeméride bastante cara aos paulistas, esgotou-se logo, tornando-se raridade bibliográfica. Nunca foi reeditada na íntegra, mas o foi parcialmente. Em 1981, a mesma editora que promoveu a edição original e desta vez em convênio com a Universidade de São Paulo, publicou um belo volume, com o mesmo título, mas contendo apenas cinco das dez biografias: Bartolomeu de Gusmão, José Bonifácio, Prudente de Moraes, Júlio Mesquita e Oswaldo Cruz. Uma nota, aliás bem extensa, nas “orelhas” do volume fala-nos do valor da obra e dos biografados, mas nada adianta acerca da razão que teria levado a reeditar o livro apenas pela metade, omitindo cinco “homens de São Paulo” que não o foram menos que os cinco escolhidos. E em se tratando de edição parcialmente subvencionada pelo Estado (através da Universidade de São Paulo) não seria difícil a reedição integral do precioso livro de 1954. A não ser que fosse intenção da editora lançar um segundo volume, mas nada no livro sugere esta hipótese.

Uma lacuna, tanto desta edição como da original: a falta de informações sobre os autores que colaboraram na obra. Embora na ocasião fossem todas figuras proeminentes das letras paulistas, a muitos deles o tempo esmaeceu e já não são tão familiares aos leitores de hoje. E teria sido tão fácil sanar esta lacuna. Mas, enfim, o livro aí está, a lembrar pelo menos cinco grandes “homens de São Paulo”. 3-8-1988.



UNIDADES UNIVERSITÁRIAS

I – INSTITUTOS

1. Instituto de Artes e Comunicações
2. Instituto de Ciências Biológicas
3. Instituto de Ciências Exatas
4. Instituto de Ciências Humanas
5. Instituto de Filosofia
6. Instituto de Informática
7. Instituto de Letras
8. Instituto de Psicologia
9. Instituto de Teologia e Ciências Religiosas

II – FACULDADES

1. Faculdade de Arquitetura e Urbanismo
2. Faculdade de Biblioteconomia
3. Faculdade de Ciências Econômicas, Contábeis e Administrativas
4. Faculdade de Ciências Médicas
5. Faculdade de Ciências Tecnológicas
6. Faculdade de Direito
7. Faculdade de Educação
8. Faculdade de Educação Física
9. Faculdade de Enfermagem
10. Faculdade de Odontologia
11. Faculdade de Serviço Social

III – INSTITUIÇÕES COMPLEMENTARES

- a) Biblioteca Central
- b) Centro de Ensino
Colégio de Aplicação "Pio XII"
Colégio Comercial da Academia "São Luís"
- c) Centro de Processamento de Dados
- d) Museu Universitário

ବିପ୍ PUCAMP